



Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto

***A desocultação da violência sexual
pelas vozes de mulheres sobreviventes***
Um estudo exploratório em relações de intimidade

Tatiana Mendes

Junho, 2016

**Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado Integrado de Psicologia, da
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto, orientada pela
Professora Doutora Maria da Conceição Oliveira Carvalho Nogueira
(FPCEUP)**

Avisos legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

No correr desta experiência, foram várias as pessoas que dela participaram direta ou indiretamente, pelo que aproveito também aqui para as lembrar e lhes agradecer.

Antes de mais, quero agradecer à Professora Conceição Nogueira por ter aceitado esta orientação e ter constituído um modelo para a minha construção pessoal. De outra forma não teria feito sentido.

À Sofia Neves, à Maria José Magalhães, à Helena Grangeia e à Liliana Rodrigues agradeço a partilha de conhecimento e experiência.

Agradeço às técnicas do P'RA TI e da AMCV, em particular à Raquel Teles, à Vanessa Ribeiro e à Rita Mira, pela disponibilidade e apoio.

Agradeço ao Manel Moura, ao Miguel Losa e à Ana Guerreiro pelas “curiosidades” jurídicas.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos que ajudaram ao equilíbrio da minha pessoa, entre a sanidade e a loucura.

À Lia, mais do que irmã e à Dila e ao Chico, mais do que mãe e pai, agradeço todo o vosso amor e por tanto insistirem para que me lembre de mim. A amizade foi algo que nós os quatro também conseguimos!

Ao Paulo agradeço o apoio sob as mais variadas formas neste desafio, ser de facto meu companheiro e com isto irmos construindo a nossa própria versão de amor.

Ainda que entretanto “ausentes”, quero lembrar também a minha avó Mariquinhas, pessoa de força, e o meu cão Gaspar, cuja companhia se fez valer quase, quase até ao final!

Por fim, dedico este trabalho a todas as mulheres sobreviventes de violência sexual e em particular àquelas que comigo quiseram realizá-lo, não o querendo dar por terminado.

Resumo

Sendo a violência sexual um fenômeno que afeta desproporcionalmente as mulheres, temos que procurar erradicar o que ainda a legitima e a oculta, eliminar o sentimento de vulnerabilidade, criar e adequar serviços de apoio às vítimas, responsabilizar quem a comete para, em última análise, lutar pela sua extinção.

A história conta-nos que nem sempre esta violência foi considerada como tal, sendo hoje em dia vista como uma grave violação de direitos, da liberdade e autodeterminação sexual. Para tal, em muito contribuíram os movimentos e estudos feministas, sobretudo a partir dos anos 70. Todavia, os números revelam que esta é ainda uma realidade social preocupante.

Procuramos, com este estudo, compreender o porquê de esta violação ocorrer de forma silenciada, sobretudo no espaço privado, e refletir sobre o que podemos fazer para alterar esta situação. Assim, fez-se a análise temática de seis entrevistas realizadas a mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade, visando explorar as suas experiências e os significados de uma realidade complexa. Ao escutar as suas vozes, poderemos ampliar o conhecimento da diversidade de experiências que, de algum modo, têm estado ocultas, fruto de discursos de autoridade, em particular o discurso jurídico e científico, apoiados em visões essencialistas que se traduzem em atitudes legitimadoras desta violência, negando-a ou minimizando-a, mas desresponsabilizando quem perpetra e culpando quem dela é vítima.

Quando a violência sexual ocorre na intimidade e sabendo nós que este espaço é também regulado por discursos e estruturas sociais vigentes, as construções sociais do amor e da sexualidade tomam especial preponderância no seu não reconhecimento.

Para o reconhecimento social é fundamental atuar ao nível legal, no alcance de um conceito que abranja a diversidade de experiências, ao nível educativo e possibilitar o apoio efetivo e especializado às vítimas.

Conclui-se que apesar de algumas mudanças sociais alcançadas, é premente continuar a trabalhar no sentido de uma igualdade efetiva entre homens e mulheres, nos espaços público e privado.

Palavras-chave: violência sexual, intimidade, sexualidade, representações sociais.

Abstract

Being sexual violence a phenomenon that disproportionately affects women, we have to work towards ending the causes that still legitimize and conceals it, eliminating the feeling of vulnerability, create and tailor support services to victims, blame the ones who commits it and, ultimately, fight for its extinction.

History tells us that sexual violence was not always considered a form of violence, being now seen as a serious violation of rights, freedom and sexual self-determination. In order to reach this point, the contribution of gender studies and feminist movements was of paramount importance, particularly during the 1970s. However, current prevalence studies show that sexual violence is still a worrying social reality.

In this study, we explore why these offenses occur in such a muted form, particularly in the private space, and try to understand what we can do to change this. Thus, a thematic analysis of six interviews with women survivors of sexual violence in intimate relationships was performed, in an attempt to explore their experiences and understand the various meanings of this complex reality. Hearing their voices can help in expanding the knowledge regarding the diversity of experiences that, in a way, remained concealed because of authority speeches supported by essentialist views, particularly the legal and scientific rhetoric. In turn, these speeches are translated into attitudes that legitimize this violence, denying or undermining it, taking away the responsibility of the perpetrator and blaming the victim.

In particular, when sexual violence occurs in the intimacy, and knowing that this area is also regulated by the speeches and existing social structures, social constructions of both love and sexuality take special preponderance in its non-recognition.

To attain the social recognition of this phenomenon it is fundamental to act at the legal level, in the development of a juridical concept that encompasses the diversity of experiences, at the educational level and create mechanisms for that allow effective and expert support to the victims.

In conclusion, notwithstanding the achievement of significant social changes, it is urgent to continue the work towards complete equality between men and women both in the public and the private space.

Keywords: sexual violence, intimacy, sexuality, social representations.

Résumé

La violence sexuelle est un phénomène qui affecte surtout les femmes; c'est pourquoi nous devons supprimer ce qui la légitime encore et la tait, éliminer le sentiment de vulnérabilité, créer et adapter les services qui viennent en aide aux victimes, inculper l'individu qui la commet pour, en dernier lieu, parvenir à son éradication.

L'histoire nous montre que cette violence n'a pas toujours été considérée en tant que telle. Grâce aux mouvements et aux études féministes, surtout à partir des années 70, on l'envisage aujourd'hui comme une grave atteinte contre les droits de la personne, contre la liberté et l'autodétermination sexuelle. Pourtant, les études révèlent qu'il s'agit d'un problème social inquiétant.

À travers la présente recherche, nous nous sommes demandés pourquoi cette atteinte aux droits de la personne se passe dans le silence, surtout dans le domaine du privé, et nous avons réfléchi sur le chemin à suivre pour produire des changements. Pour cela, nous avons procédé à l'analyse thématique de six entretiens particuliers avec des femmes qui ont survécu à des pratiques de violence sexuelle dans leur intimité, pour exploiter leurs expériences et les sens d'une situation si complexe. À travers leurs témoignages, nous pourrions amplifier notre connaissance sur la diversité d'expériences qui sont tuées, d'une certaine façon, en résultat des discours d'autorité, en particulier le juridique et le scientifique, ressortant de visions essentialistes qui se manifestent à travers des attitudes qui légitiment cette violence, la dénie, la minimisent, excusent ceux qui la pratiquent et blâment ceux qui en sont victimes.

Quand la violence sexuelle se passe dans l'intimité et sachant que cet espace est dominé par des discours et des structures sociales en vigueur, les représentations sociales de l'amour et de la sexualité prennent le devant et ne la reconnaissent pas.

Pour que cette reconnaissance ait lieu, il faut absolument agir au niveau du droit et du système éducatif, et procurer une aide effective et spécialisée aux victimes.

En somme, malgré quelques transformations sociales survenues, il faut absolument continuer la lutte pour l'égalité entre les hommes et les femmes dans l'espace public et privé.

Mots-clés: violence sexuelle, intimité, sexualité, représentations sociales.

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento.....	6
1.1. Partindo de alguns dados atuais existentes.....	6
1.2. Conceito, legislação e impacte.....	9
1.3. Discursos, estereótipos, mitos e construções sociais legitimadores.....	12
1.4. Sexualidade, intimidade e amor.....	14
2. Metodologia.....	17
2.1. Metodologia feminista e qualitativa.....	17
2.2. Caracterização das participantes.....	19
3. Análise e discussão dos dados.....	20
3.1. Amor romântico: o conto prometido e um projeto falhado.....	21
3.2. Sexualidade dicotômica: entre o que é ou não aceitável.....	25
3.3. Violência sexual: importância do consentimento para o seu reconhecimento.....	29
3.4. Reconhecimento e denúncia da violência sexual.....	32
3.5. Sobrevivência: da resistência ao ativismo.....	33
4. Considerações finais, limitações e investigação futura.....	37
Referências bibliográficas.....	41
Anexos.....	47
Guião de entrevista.....	48
Consentimento Informado.....	51

“My purpose in this book (...) has been to give rape its history.
Now we must deny it a future.”

Susan Brownmiller, *Against Our Will: Men, Women and Rape*

Introdução

Falar de violência sexual na atualidade não é matéria nova, todavia, tanto o conhecimento produzido como o reconhecimento social desta violência parecem ainda não ser suficientes para a sua extinção ou prevenção, sobretudo quando se pretende abordar este tema em relações de intimidade.

Se, sob a égide da violência doméstica, constatamos uma relativa consciência social da violência física e da violência psicológica, uma vez que grande parte destes comportamentos são percebidos enquanto tal, já no que se refere à violência sexual não verificamos o mesmo.

Isto é particularmente grave, quando se sabe que esta violência é cometida, em grande parte, não por estranhos, mas por pessoas conhecidas, nomeadamente em relações de intimidade e independentemente do tipo de relação (Bachman & Saltzman, 1995; Finkelhor & Yllo, 1985; Randall & Haskell, 1995; Russell, 1990). Sendo maioritariamente exercida por homens, quase todas as mulheres experienciaram ou virão a experienciar alguma forma de violência sexual ao longo da vida.

De facto, a história tem revelado que a violência sexual é uma constante em cenários de guerra e conflito, sendo as mulheres e as crianças as principais vítimas de violação e abuso sexual. Hoje em dia, apesar de estas formas de violência sexual serem comumente reprovadas, também é a história que nos conta o modo como a violência sexual tem vindo a ser conceptualizada e criminalizada ao longo do tempo, variando de país para país, e em particular como o uso da força ou o não consentimento podem ser interpretados diferentemente.

Desta forma, as perceções que as sociedades têm acerca da violência sexual sobre as mulheres estão intimamente relacionadas com a cultura e o lugar que ocupam na sociedade.

Este fenómeno começou a ser trazido a público, no final dos anos 60 e início da década de 70, pelos movimentos feministas, que consideravam fundamental integrá-lo na agenda política e lhe deram visibilidade para que se tornasse uma preocupação da sociedade e do estado, recusando a ideia de se tratar de um assunto do foro privado (Carmody, 2003; Kelly, 1988), associado à reclamação “o pessoal é político” da segunda

vaga dos feminismos. Antes disto, quando se debruçavam sobre o ato da violação, as metodologias das ciências como a criminologia, a psiquiatria, a sexologia e a psicologia não permitiam chegar à sua real prevalência nem compreender a sua extensão e gravidade. Por outro lado, as relações causais que estas áreas de estudo estabeleciam, destacando sobretudo aspetos individuais e essencialistas, não raras vezes desresponsabilizavam quem a perpetrava, ou culpabilizavam as vítimas ou, ainda, desvalorizavam esta violência¹.

Tendo havido, a partir dos anos 70, uma explosão na produção de conhecimento (Kelly, 1988), a publicação de estudos, principalmente no campo da sociologia, permitiu perceber:

- a diversidade de experiências de violência sexual vividas pelas mulheres;
- a necessidade de rever o conceito de violência sexual criminalmente, não o reduzindo à “violação clássica” (*classic rape*) (Williams, 1984)²;
- o interesse em realizar estudos de prevalência e culturais;
- a conveniência em usar outras metodologias, amostras representativas e rever instrumentos;
- a importância em compreender que atitudes e valores legitimam a violência sexual;
- a urgência da prevenção, nomeadamente, na alteração das práticas dos e das profissionais intervenientes.

Na verdade, na literatura é possível perceber que, atendendo às definições mais limitadas, estas têm implicações óbvias na metodologia, no conhecimento produzido e, conseqüentemente, na denúncia e visibilidade do fenómeno, no modo como se intervém, se julga e se previne, sendo desde logo importante ampliar o conceito de violência sexual a outras formas, tendo em conta a diversidade de experiências. Não obstante o conhecimento até hoje produzido nesta área, ainda é possível constatar representações e discursos erróneos acerca da violência sexual, sobretudo em relações de intimidade. Algo para o qual o Direito outrora em muito contribuiu, isentando os maridos da acusação de violação.

¹ Como exemplo temos os estudos de comportamento sexual de Kinsey que, inicialmente, justificavam as diferenças de comportamento entre sexos com possíveis diferenças biológicas e, posteriormente, as abandonam a favor de diferenças sociais entre homens e mulheres. De todo o modo, esta investigação foi importante no estudo do comportamento sexual, porque revelou práticas como a masturbação na população feminina ou as relações homossexuais, instalando a polémica nos Estados Unidos da América, nos anos 60.

² Também Susan Estrich (1987) usava o conceito de “verdadeira violação” (*real rape*) para representar um ataque violento por um desconhecido, num local ermo e escuro, no qual se espera que a vítima resista.

Assim, e na linha do artigo 36º da Convenção de Istambul³, adotada também por Portugal, entendemos por violência sexual qualquer ato de carácter sexual (penetração vaginal e anal, sexo oral, entre outros atos indesejados) cometido sem o consentimento, sendo no não consentimento que reside a violação da liberdade e autodeterminação sexual.

Porém, é precisamente neste último ponto que a lei e a sua aplicação poderão diferenciar-se, pelo que, com base na “violação clássica”, se poderá considerar não haver prova de força ou ameaça por parte de quem perpetra ou resistência por parte da vítima (Sottomayor, 2011, 2015). Isto é particularmente pernicioso para mulheres sobreviventes de violência sexual em relações de intimidade e cujas relações são estabelecidas e percebidas, muitas vezes, com base em representações tradicionais de género e sexualidade, e figuras tradicionais de amor, casamento ou família.

Não é por acaso que tem havido, recentemente, algum debate em torno da criminalização de alguns tipos de violência de género, nomeadamente, a da violação e do assédio sexual, uma vez que a Convenção de Istambul tem como premissas o combate e a prevenção da violência de género, em particular, violência contra as mulheres e violência doméstica.

Sobre a violência sexual e especificamente no que se refere à violação, o Artigo 36.º da Convenção de Istambul propõe a revisão dos quadros legais no sentido da criminalização de todos os atos intencionais que impliquem penetração vaginal, anal ou oral não consentida, bem como de outros atos sexuais não consentidos, sublinhando a necessidade de incluir cônjuges, ex-cônjuges ou outros parceiros. Acresce que este artigo também reclama pela constituição da violação, à semelhança da violência doméstica, como um crime público.

Contrariamente às ideias generalizadas em torno da violação, esta ocorre sobretudo no seio de relações de intimidade (companheiros, ex-companheiros, cônjuges e ex-cônjuges) e entre pessoas conhecidas, não raramente em casa da própria vítima, podendo não existir o uso de força ou ameaça, e não, como se costuma crer, em local isolado, à noite, por estranhos e com recurso à violência ou arma. Estas crenças têm um impacto negativo quer na avaliação dos factos por parte das mulheres e da sociedade em geral, quer na proteção e acompanhamento das mulheres sobreviventes de violência sexual,

³ A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, habitualmente designada por Convenção de Istambul, foi ratificada por Portugal a 21 de janeiro de 2013 e entrou em vigor a 1 de agosto de 2014.

como no quotidiano das mulheres em geral, que se percebem e são tidas, normalmente, como mais vulneráveis.

Note-se que quando tais atos ocorrem em relações de intimidade, estas poderão assumir um caráter repetitivo, não se tratando de situações isoladas de violência e, portanto, com efeitos gravosos para estas mulheres a curto e a longo prazo (Goodman, Koss, & Russo, 1993; Kilpatrick & Resnick, 1993; Resick, 1993; Weaver & Clum, 1995). Como vimos, a violação em relações de intimidade é uma realidade comum, pelo que não deve ser tratada apenas como mais uma violência física na intimidade, mas como uma violação por si só⁴.

Apesar do conhecimento já produzido, das demais manifestações, campanhas e mudanças alcançadas em diferentes países, a violação é dos crimes graves menos reportados, uma vez que os dados de prevalência ainda parecem permanecer muito aquém da realidade, em particular para mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade. Linda Williams (1984) sugeria que quanto mais a violação correspondesse à “violação clássica”, mais facilmente as mulheres a denunciariam enquanto tal. Por outro lado, percebeu que, para uma mulher sobrevivente de violência sexual na intimidade não denunciar, o mais preponderante de todos os fatores é mesmo o da relação de intimidade entre vítima e agressor.

As razões deste “silêncio” apontam quer para a falta de confiança no sistema de justiça (forças de segurança e tribunais), quer para a vergonha de revelar o sucedido, sentimento que pode explicar, a par do medo de serem revitimizadas, que mulheres sobreviventes de violência sexual em relações de intimidade não denunciem.

Quando denunciada, é frequente a existência de casos em que as mulheres são desacreditadas, experienciem a vitimização secundária e sejam responsabilizadas pelo próprio sistema de justiça que se apoia em crenças erradas relativas à violação e representações tradicionais de género e sexualidade, dando, não raras vezes, sinal de impunidade e de legitimidade aos perpetradores.

Importa perceber, portanto, como podemos alterar a invisibilidade e a legitimação das várias formas de violência sexual, revendo os conceitos e desocultando os discursos, as crenças, representações sociais e, por sua vez, as atitudes e os comportamentos que a naturalizam, inclusivamente nas relações de intimidade.

⁴ Fica, todavia, em aberto a discussão, na qual não há consenso, se o estudo da violação na intimidade deve ser feito no campo da violência sexual ou no campo da violência da intimidade, podendo essa mesma dificuldade torná-la invisível.

Desta forma, as perguntas que orientarão este trabalho são:

1. Porque é que a violência sexual em relações de intimidade está tão oculta, sendo uma grave violação dos direitos humanos?
2. Que mudanças sociais devemos promover?

Com este estudo, procuraremos apresentar uma reflexão, partindo das próprias vozes de mulheres sobreviventes, para ajudar à compreensão daquela que poderá ser a extensão e a gravidade da violência sexual nas relações de intimidade e, assim, ampliar a sua visibilidade e promover mudanças necessárias ao nível social.

A partir destas perguntas, procurar-se-á rever a literatura existente no campo da violência sexual, estabelecendo pontos de partida para a exploração do tema e enquadrando-o teoricamente. Num segundo momento, explanaremos o estudo e metodologia implementada para que de seguida possamos fazer a análise temática dos dados, sistematizando-a com a literatura existente. Por fim, tecer-se-ão algumas considerações finais, tendo em conta algumas limitações e tentando apontar caminhos futuros.

1. Enquadramento

1.1. Partindo de alguns dados atuais existentes

Tanto o Relatório Anual de Segurança Interna de 2014 como o de 2015⁵ revelam que, da criminalidade considerada violenta e grave, o crime de violação foi o segundo mais sujeito a inquéritos e que resultou em mais detenções (estando o abuso sexual de crianças em primeiro lugar). As participações às autoridades – Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e/ou Polícia Judiciária – registaram um aumento significativo, quando comparado com o ano de 2013 (30 ou mais), tendo sido registadas, no total, 374 queixas em 2014 e 375 em 2015. Em ambos os relatórios, a grande maioria dos autores era do sexo masculino (acima de 95%) e a das vítimas, do sexo feminino (entre 92% e 93%).

Segundo os dados de 2014, a maioria dos casos foi cometida por familiares (24%) ou com quem a vítima tinha uma relação de conhecimento (33,1%), tendo em conta a percentagem de desconhecido (7,2%). Em 2014, a violência sexual surge em maior proporção nas situações de violência contra a/o namorada/o (3%), contra o cônjuge (2%) e ex-cônjuge (2%). Apesar de as percentagens serem semelhantes em 2015, sendo que em mais de 50% dos casos a vítima tinha uma relação familiar ou de conhecimento, a percentagem de desconhecido subiu para 23,2%. Importaria perceber se isto se deve à alteração da lei, já considerada no RASI de 2015 e cujo documento alerta para o impacte significativo das diversas alterações legislativas ocorridas. Por outro lado, importa referir que a violação pode ser também participada como violência doméstica e, quando assim foi, em 2014, a presença de violência sexual nas diferentes relações de intimidade não é registada acima de 3%.

Segundo um estudo que Jo Lovett e Liz Kelly (2009) coordenaram ao nível europeu, percebeu-se que apesar de diferenças significativas ao nível legal (e.g., se a violência sexual é avaliada segundo a ausência de consentimento ou a presença de força ou ameaça; se se prevê a violação marital; a extensão do próprio conceito) e na aplicação da

⁵ O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) congrega toda a criminalidade participada que é enviada pelos Órgãos de Polícia Criminal à Direção-Geral de Política de Justiça e revelada pelo Sistema de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna.

legislação (e.g., se é crime público ou não; a extensão na garantia de direitos e proteção das vítimas; a existência ou não de gabinetes e profissionais especializados), a maioria dos países apresenta, por um lado, um aumento gradual nas denúncias comparativamente a anos anteriores e, por outro, um número de condenações baixo, revelando ainda dificuldade no acesso à justiça por parte das vítimas.

Portugal foi dos poucos países, a par da República Checa, Hungria e Roménia, no qual se notou reduzida participação destas ocorrências. Isto, mais a reduzida prossecução e condenação destes casos, levanta questões quanto à confiança na justiça portuguesa. Concluiu-se também que em Portugal, no decorrer do inquérito, se verifica uma taxa de desistência elevada, explicada quer pela desconfiança, quer pela ausência de apoio e defesa da vítima, parecendo depender mais da responsabilidade das próprias vítimas em seguir ou não com os processos. Por outro lado, as denúncias que chegaram a julgamento e que resultaram em condenações revelaram ainda estereótipos e mitos da violação, envolvendo normalmente homens já com antecedentes criminais (Lovett & Kelly, 2009). A título de exemplo, no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa constavam 100 queixas por violação, apresentadas desde abril de 2004, das quais, apenas metade dos 59 suspeitos ouvidos pelas autoridades foi constituída arguida. Desta metade ocorreram 11 julgamentos que resultaram em 3 absolvições e 8 condenações, tendo a maioria dos processos sido arquivada, com as seguintes justificações: ausência ou insuficiência de indícios, desistência de queixas e falta de colaboração (Lovett & Kelly, 2009).

A corroborar estes dados, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2014) refere que, quando questionadas sobre que fatores foram importantes para superar o impacto da violência sobre as mulheres, foram poucas as que referiram terem sido as respostas de apoio existentes e os procedimentos do sistema criminal.

Os resultados deste inquérito realizado junto de 42 mil mulheres dos 28 estados membros da União Europeia, de um modo geral e corroborando os resultados dos Relatórios Anuais de Segurança Interna de 2014 e 2015, demonstram que a violência contra as mulheres é predominantemente perpetrada por pessoas do sexo masculino, particularmente quando se trata de violência sexual e assédio sexual, sendo que parte substancial desta violência de género é cometida por pessoas conhecidas.

Dos dados publicados destacamos que na União Europeia:

- 3,7 milhões de mulheres experienciaram alguma forma de violência sexual nos últimos 12 meses anteriores ao estudo;
- uma em cada vinte mulheres foi violada depois dos 15 anos;
- 31% das mulheres que foram violadas experienciaram 6 ou mais incidentes de violência sexual por parte do atual companheiro;
- dependendo do tipo de violência sexual a que foram sujeitas, entre um terço e um quarto das mulheres experienciaram mais de um incidente por parte do ex-companheiro;
- um quarto das mulheres referiu como motivo para não denunciar à polícia ou a qualquer outra organização o incidente mais grave cometido por conhecido ou não, o facto de sentir vergonha do que tinha ocorrido;
- quando o crime é denunciado, a média europeia de condenações é de 14%.

Convém realçar que a própria Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA, 2014) alerta para a dificuldade na comparação dos estudos entre países, não podendo, muitas vezes, ser comparáveis pelas diferenças presentes nas suas amostras, nos métodos e nas questões colocadas. Desta forma, é bastante significativo o facto de os dados variarem entre 9,6 % e 67,8%, quando comparamos a percentagem de denúncias, já que isso poderá depender do método e da questão colocada, pese embora, grande parte das mulheres inquiridas ter indicado que não apresentou queixa, por não ter confiança na atuação da polícia.

Para alterar esta situação, seria necessário que os vários estados membros da União Europeia revissem a legislação, de acordo com a Convenção de Istambul, e que as forças de segurança, os tribunais, bem como outros serviços, atuassem de forma concertada, encorajando à denúncia e proporcionando o devido apoio consoante as necessidades.

Já numa investigação de prevalência da Organização Mundial de Saúde (OMS) feita a mais de 24 mil mulheres, com idades entre os 15 e os 49 anos, de áreas rurais e urbanas de 10 países (García-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise & Watts, 2005), conclui-se que:

- 6 a 59% das entrevistadas relatavam alguma forma de violência sexual praticada por um parceiro em algum momento da vida;

- 0,3 a 11,5% das entrevistadas relatavam alguma forma de violência sexual praticada por um não parceiro em algum momento da vida.

Há destes dados duas observações importantes a retirar: em primeiro lugar, a dificuldade em conhecer a prevalência desta violência sexual que afeta desproporcionalmente as mulheres, mas cujos números reais permanecem ocultos; em segundo lugar, a dificuldade em encontrar um conceito, condicionando, por um lado, a própria denúncia desta grave violação de direitos humanos e, por outro, a atuação do sistema legal e dos serviços de apoio.

1.2. Conceito, legislação e impacto

O conceito de violência sexual, tal qual, nem sempre existiu e ainda hoje não é consensual, como a história das sociedades, do direito e do crime o revelam. Com efeito, sendo esta uma forma de violência de gênero que, predominantemente, afeta as mulheres e é cometida por homens, está intimamente relacionada com a posição das mulheres na estrutura social e com os seus direitos (Barra da Costa, 1999), logo, com a sua desigualdade histórica.

Não obstante a violência sexual ser uma arma de guerra que tem acompanhado desde sempre os conflitos, e levar as partes envolvidas a utilizá-la como forma de demonstração de poder, de intimidação e de vingança, identificamo-la sob as mais variadas formas e em diferentes contextos, ao longo do tempo.

Numa análise histórica e cultural, a violência sexual atravessa as várias sociedades desde a pré-história à contemporaneidade, ocorrendo sobretudo quando, num país e numa qualquer instituição, subjaz uma estrutura de dominação muito marcada (Brownmiller, 1975). Veja-se, por exemplo, em contextos como os do feudalismo com o “direito da primeira noite”⁶, da escravatura ou os do hinduísmo com o sistema das castas.

Não tendo sido sempre considerada uma violação dos direitos humanos, havendo costumes que a legitimavam, esta foi gradualmente vista por algumas sociedades como um

⁶ Segundo Jörg Wettlaufer (2000), o “direito da primeira noite” refere-se a uma crença popular que teria vigorado na Europa Medieval e que permitia aos senhores feudais desvirginar uma noiva, sua subordinada, na sua noite de núpcias. Não havendo consenso quanto à efetiva existência ou exercício deste direito, importa relevar, ainda assim, a relação de poder em causa.

crime contra o estado ou contra o património. Só muito mais tarde foi vista como um crime contra a pessoa, ainda que com legislação distinta em cada estado.

Em Portugal, até ao Código Penal de 1982, o casamento com a ofendida cessava o procedimento criminal de violação, sendo encarado legalmente como reparação deste crime (Ventura, 2015). De facto, anteriormente constituído como um delito contra o património das famílias, foi apenas considerado como uma violação grave contra a pessoa no ano de 1982. Só posteriormente, e se acompanharmos as reformas do Direito Penal em Portugal, no que se refere ao crime de violação, podemos perceber o quão lentamente se foi ampliando este conceito, estabelecendo-se, em 1995, que os crimes sexuais passassem a ser crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

No entanto, no ano de 1995, a violação no Código Penal previa somente a cópula com a mulher. O coito anal e o oral só foram integrados no conceito em 1998; e apenas em 2007, se alargou o enunciado à introdução vaginal, oral ou anal de partes do corpo ou de objetos. Ainda assim, esta visão oculta a diversidade de ofensas sexuais vividas pelas mulheres, sendo portanto limitada.

Da mesma maneira, em Portugal, só no Código Penal de 1982, a provocação da vítima e a sua relação especial com o agressor foram eliminadas como atenuantes especiais. Paralelamente, desde 1886 até à alteração recente de 2015, exigia-se o preenchimento de meios típicos de constrangimento como a violência ou ameaça grave, considerados agora meios agravantes da pena. A isto acrescia o ónus de resistência, exigindo à vítima provas incontestáveis do não consentimento e resistência, é dizer, uma manifestação física, emocional ou verbal estereotipada.

Ao sabermos que muitas das situações de violência sexual ocorrem entre pessoas conhecidas e que nem sempre envolvem o uso de força, não deixando marcas visíveis de violência, podemos corroborar a ideia de que a legislação era insuficiente na proteção da liberdade e autodeterminação sexual das mulheres, como estabelecido em 1995. Por outro lado, pode ser um problema definir o que constitui força ou coação, sobretudo no contexto de uma relação de intimidade. Finalmente, a dúvida instalada desde logo nas vozes das mulheres, a quem é exigido atestar a veracidade dos factos e a sua credibilidade, transfere grande parte da responsabilidade para a vítima, dificulta o reconhecimento deste crime e, em última análise, impossibilita a denúncia.

De resto, como Liz Kelly e Jill Radford (1990) tentaram demonstrar como isto se reflete e é reforçado pelo sistema de justiça, quando exploraram o significado da afirmação “na verdade nada aconteceu” (“*nothing really happened*”) junto de mulheres que

experienciaram violência sexual, percebendo que a situação é por elas próprias minimizada ou não assumida como violenta ou abusiva.

Concluimos assim que a própria Lei trivializa a violência sexual, reforçando, de algum modo, a ideia de que os corpos e a sexualidade das mulheres não são governados pelas próprias.

Desta forma, a definição de violência sexual deve adequar-se às diferentes experiências das mulheres, centrando os crimes no não consentimento. Por outro lado, a penalização de quem comete tais atos é um fator decisivo para o aumento da censura social no que toca à violência sexual (Sottomayor, 2015).

Na realidade, a Lei, supostamente neutra, tem sido permeável a preconceitos e concepções subjetivas por parte de quem avalia e julga os factos, não sendo raro encontrar a presença deste discurso na jurisprudência atual⁷. Desta forma, o próprio sistema de justiça, mesmo durante o processo de condenação, reforça e legitima a violência sexual, promovendo paralelamente o silêncio e a subjacente ocultação da diversidade de experiências de violência sexual. Por isso se crê que a violência sexual apresenta a maior percentagem global de cifras negras (Sottomayor, 2015). Perante isto, não é de estranhar a fraca confiança depositada no sistema de justiça e o receio da vitimização secundária por parte das mulheres, por um lado e, por outro, que as situações que não caibam na definição de “verdadeira violação” permaneçam ocultas, especialmente para as mulheres que vivem esta violência em relações de intimidade.

Assim mesmo e de modo a quebrar este silêncio, Liz Kelly e Jill Radford (1990) dizem que para “falar acerca de alguma coisa, a pessoa terá que estar capaz de nomeá-la e defini-la”.

Recentemente, em Portugal, na sequência da aprovação na generalidade do projeto lei do Bloco de Esquerda que remete para algumas das medidas presentes no artigo 36º da Convenção de Istambul, a violação passou a ser um crime público e é no “não consentimento” que se configura o crime de violação, sendo consideradas agravantes as demais formas de violência usadas. Importará perceber agora como é que tal se fará notar nas práticas e nas decisões do sistema de justiça.

⁷ Veja-se o caso do Bill Cosby, cujas acusações de crimes sexuais, só muito recentemente começaram a ter repercussões, já que às anteriores alegações juntaram-se várias mulheres acusando-o do mesmo. Ao nível nacional e em acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, o júri concluiu que os atos não constituíram uma violação: ou porque foi antes considerado o crime de atentado ao pudor por serem atos aberrantes ou “contra natura”; ou porque não tinha sido demonstrado o exercício de força e de recusa inequívocas, absolvendo portanto o autor.

1.3. Discursos, estereótipos, mitos e construções sociais legitimadores

Se nas últimas décadas os estudos feministas ou de género vão tentando combater a violência sexual de forma crítica, contextualizando-a histórica e culturalmente, outrora, ao abordar-se este fenómeno, em muito se contribuiu para a perpetuação dos discursos, dos estereótipos e dos mitos que a sustentam. Como diria Michel Foucault (1997), os sistemas de conhecimento hegemónicos comportam discursos que influenciam a nossa forma de compreender e atuar sobre o mundo, já que funcionam como retóricas de autoridade.

E é longo o passado dos discursos que naturalizam a inferioridade das mulheres em relação aos homens, atribuindo-lhes uma condição feminina de subordinação, pré-determinada biologicamente, limitando as suas vidas e silenciando as suas vozes e os seus percursos, remetendo-as ao espaço privado. Espaço este que passa muitas vezes incólume à atenção e intervenção públicas, potenciando a legitimação das violências cometidas na intimidade sobre as mulheres.

Apesar das mudanças sociais ocorridas no alcance da igualdade entre homens e mulheres, sobretudo nas sociedades ocidentais, ela ainda não é uma realidade no que se refere à participação nas esferas familiar, profissional e social, continuando a assistir-se a múltiplas formas de violência contra as mulheres.

De facto, são vários os discursos – o jurídico, o religioso, o científico, o médico, o dos media e o político – que se intercetam e que concorrem para a perpetuação e para o reforço da violência contra as mulheres, nomeadamente a violência sexual. Em particular, o discurso jurídico foi influenciado por construções de carácter religioso, pela configuração dos estados modernos, assim como por discursos biomédicos (Vieira, 2002).

Em cada um destes discursos, e mediante as pessoas e as instituições que os operam e veiculam, é possível encontrarmos mitos, estereótipos e construções tradicionais, historicamente cristalizados, que legitimam as diferentes formas de violência sexual e com os quais os homens e as mulheres são socializados. Aliás, a literatura feminista desde cedo que se refere a uma “cultura da violação” (e.g. Brownmiller, 1975), que envolve as práticas que a sustentam e que resultam na intimidação das mulheres, gerando nas mesmas o sentimento de vulnerabilidade constante.

Desde que autoras como Susan Brownmiller (1975), Lorraine Clark e Debra Lewis (1977) começaram a observar as implicações negativas que os estereótipos de género e alguns mitos representam sobretudo para vítimas de violação, que se tem

investigado de que forma é que estes surgem nas pessoas, inclusive nos diversos profissionais que interagem com elas.

Os mitos podem referir-se ao contexto da violação, associando frequentemente o “desconhecido” (pessoa ou local) como Kristen Day (1999) observou, ou ser sobre as vítimas e ofensores, tais como: “apenas as raparigas mal comportadas é que são violadas”; “qualquer mulher saudável é capaz de resistir, se ela quiser”; “ela está mesmo a pedir”; “os violadores são doentes e/ou viciados em sexo” (Burt, 1980). Estas crenças que minimizam ou negam diferentes atos de violência sexual, decorrem das próprias concepções de sexo e género aprendidas nos processos de socialização na família, na escola, na sociedade e na cultura, cujos contributos conferem diferentes papéis sociais às mulheres e aos homens, traduzindo-se numa visão binária de género e de poder desigual, com prejuízo para as mulheres. Linda Holmstrom e Ann Burgess (1983), com a sua investigação, ilustraram bem como os estereótipos e mitos da violação influenciam diretamente quer a resposta das polícias quer as decisões dos procuradores públicos.

Num estudo de Martha Burt (1980), no qual se tentava perceber a relação entre estereótipos de género, crenças acerca da sexualidade, aceitação da violência interpessoal e a adesão aos mitos da violação, numa amostra de 598 participantes, mais de metade concordava que:

- eram verdadeiras afirmações como, “uma mulher que vai ao apartamento de um homem no primeiro encontro, estará disposta a ter sexo” e “na maioria das violações, a vítima foi promíscua ou tem má reputação”;
- 50% ou mais das denúncias feitas são falsas porque as mulheres querem vingança ou querem ocultar uma gravidez ilegítima.

Já num estudo de Eugene Borgida e Phyllis White (1978) se tentou demonstrar o efeito que tinham os mitos da violação nos veredictos de julgamentos encenados, enquanto Vivian Berger (1977) analisou o modo como de facto a legislação é permissiva aos mitos da violação. Outros estudos apontavam mesmo para uma relação direta entre estereótipos de género, mitos da violação e definições de violação mais limitadas (Feild, 1978; Klemmack & Klemmack, 1976). Com efeito, os estudos feministas referem-se, não raras vezes, a uma ideologia que suporta ou desculpabiliza a violência sexual a vários níveis, razão pela qual esta permanece silenciada.

Mais tarde, Patricia Mahoney e Linda Williams (1998) sintetizaram alguns fatores que justificam o facto de as mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade não denunciarem e terem receio em fazê-lo nos seguintes motivos:

- lealdade ao marido/privacidade da família;
- dificuldade em reconhecer-se enquanto vítimas;
- relutância em classificar o ato como violação;
- crenças erradas acerca do papel da mulher no casamento e suas responsabilidades;
- inexperiência sexual e incerteza acerca do que constitui relações sexuais forçadas ou não.

Nestes é possível identificar algumas dimensões e construções sociais que configuram as relações de intimidade e que parecem também estar na base do não reconhecimento ou da legitimação da violência sexual, tais como o amor e a sexualidade que tentaremos abordar a seguir.

Por sua vez, a investigação mais recente tem sublinhado como as construções culturais têm sido vistas como um problema para que não haja intervenção por parte de profissionais dos serviços de apoio (Batsleer et al., 2002; Chantler et al. 2001), ou como é que as construções culturais dos próprios profissionais poderão ser uma barreira na adequação do serviço provido (Burman, Samiles & Chantler, 2004).

Constata-se portanto, da investigação em geral, que diferentes sistemas de diversos países falham, por um lado, no reconhecimento desta violência e, por outro, na resposta adequada às vítimas que a eles recorrem.

1.4. Sexualidade, intimidade e amor

O modo como performatizamos os papéis de género que internalizamos nos processos de socialização tem repercussões nas várias dimensões da vida, na medida em que atuamos de acordo com o que é adequado e expectável (Amâncio, 1992), sendo a sexualidade uma dessas dimensões.

O conceito de sexualidade, apesar de já existir anteriormente no campo da biologia e da zoologia, surge como mais próximo do atual no séc. XIX e paralelamente ao

reconhecimento da sexualidade das mulheres (Giddens, 1993). Historicamente podemos perceber que a sexualidade foi inicialmente perspectivada de modo essencialista, resultante de uma “força” biológica ou psíquica, própria da natureza. Contudo, à época, enquanto o desejo sexual era algo “natural” aos homens, a sexualidade das mulheres era disciplinada com a retórica do casamento e da família, quando não remetida para o campo da patologia (Giddens, 1993).

Esta visão da sexualidade e de fenómenos a ela associados, nomeadamente o da violência sexual, foram sendo desconstruídos pelas ciências sociais que os encaram como construções sociais, dependentes do contexto e do tempo (Silva, Machado & Silva, 2002).

Ao longo do tempo, mudanças ao nível social, científico e económico possibilitaram que a sexualidade deixasse de servir única e exclusivamente o propósito da reprodução, permanecendo contudo, até aos dias de hoje, um duplo padrão sexual, tal como se observou em jovens (Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010). Este duplo padrão sexual condena, ao contrário dos homens, a expressão sexual livre das mulheres, inicialmente confinadas ao casamento, mas distingue também as mulheres virtuosas e perfeitas para casar das pecaminosas e com quem os homens não se podem casar (Gagnon, 2004). Desta forma, ainda que as mulheres tivessem relações sexuais antes do casamento, estas ocorriam com a pessoa com quem depois elas se casariam.

Sendo longo o percurso dos discursos médico e jurídico que foram moldando as atitudes face à sexualidade e que regulam e reprimem certos atos sexuais através de sanções legais e culturais (Carmody, 2003), ainda hoje é frequente estas apoiarem-se nas diferenças biológicas ou psicológicas entre homens e mulheres e outras construções sociais. Assim, a heteronormatividade, a família, o amor ou o casamento surgem como instrumentos no estabelecimento de normas para a sexualidade e relações de género, opondo inclusivamente o comportamento sexual “normal” ao “anormal”.

Na realidade, e mesmo atualmente na jurisprudência, quando a sexualidade das mulheres está implicada, ainda observamos, ora a divisão entre “mulher boa” ou “mulher má”, ora a sua objetificação sexual e/ou reprodutora⁸ (Defago, 2015). Atendendo ao controlo social e patriarcal a que estão sujeitas, e tendo em conta esta oposição de representações entre “mulher boa” e “mulher má”, enquanto as mulheres tendem a

⁸ Veja-se, por exemplo, o caso em que o Supremo Tribunal Administrativo decidiu reduzir a indemnização da Maternidade Alfredo da Costa atribuída a uma mulher, por um erro médico que comprometeu em definitivo a atividade sexual, justificando que a sexualidade aos cinquenta não é tão importante como em idades mais novas.

expressar uma sexualidade “normal”, desenvolvida numa relação familiar afetiva, heterossexual e estável, legitima-se, paralelamente, o desejo sexual “incontrolável” dos homens (Silva, Machado & Silva, 2002).

Vimos já como discursos patriarcais influenciam o modo como os homens e as mulheres vivem a sua sexualidade, ao assumir-se que em relações heterossexuais íntimas, o desejo, a necessidade e a procura ativa de satisfação sexual são atributos dos homens, enquanto as mulheres são mais passivas e, portanto, recetivas aos avanços sexuais, pelo que poderão estar mais sujeitas ao abuso sexual.

Por outro lado, é por causa de discursos, tais como os do amor, presentes no contexto em que vivem estas mulheres e no qual se perpetuam as relações abusivas, que se define o que é apropriado e desejável nas relações (Sternberg, 1998). Como salienta Sofia Neves (2003), “o amor apresenta-se como uma construção social com um ónus cultural significativo, sobretudo porque encerra um ideal de indissolubilidade e eternidade que, especialmente no caso das mulheres, levanta questões tradicionalmente difíceis de ultrapassar.” Na mesma linha, Donna Chung (2005) considera o amor romântico uma instituição heterossexual, na qual se sustenta o sistema social patriarcal, permitindo que as mulheres interpretem o comportamento violento como sinónimo de amor e intimidade e não como expressão de poder e controlo.

Desta forma, quando falamos de violência em relações de intimidade, é fundamental atender aos discursos, mitos, estereótipos que possibilitam tanto a existência da violência sexual como a sua ocultação ou desvalorização. Em particular, deve-se identificar quais as construções sociais e culturais que influenciam as dinâmicas da intimidade abusivas. Para tal, será importante compreender como é que estes discursos, estereótipos, mitos e construções surgem nas próprias vozes das mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade para a tornar visível e sobre ela atuar. Segundo Margaret Gordon e Stephanie Riger (1989), para alcançar soluções concretas e duradouras dever-se-á provocar mudanças ao nível das instituições sociais e culturais, a partir das quais a violação tem origem e se sustenta.

2. Metodologia

2.1. Metodologia feminista e qualitativa

Esta investigação, ainda que exploratória, insere-se, claramente, no campo da violência de género e do estudo das questões de género. Procurando dar voz às experiências das mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade, e tendo como propósito promover mudanças ao nível social, na procura da igualdade e justiça social, assume uma metodologia feminista (Neves & Nogueira, 2003). Como tal, o quadro teórico que sustenta a análise das entrevistas advoga uma perspetiva construcionista social, opondo-se à essencialista/positivista, na interpretação dos dados.

Assim, de modo a poder chegar-se às experiências e significados das mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade, normalmente ocultas na literatura, possibilitando que as próprias validem as suas experiências e, desta feita, dar voz a uma realidade complexa (Braun & Clarke, 2013), optou-se pelo método qualitativo.

Para uma recolha de dados ampla e profunda das vivências e representações desta realidade – que poderá, contudo, assumir significações distintas para cada mulher (Neuman, 1997), foi construído um guião para uma entrevista semiestruturada (cf. Anexo 2), com base em leituras e na discussão entre pares. Sendo a entrevista semiestruturada uma ferramenta habitualmente usada para aceder às experiências e significados com profundidade, este guião possibilitaria, ao mesmo tempo, que as pessoas entrevistadas falassem inclusivamente de questões que não foram previamente pensadas no guião (Braun & Clarke, 2013). Todavia, antes de chegar a uma versão definitiva, o guião foi sujeito à avaliação de investigadoras que trabalham o tema da violência sobre as mulheres.

Antecipando a dificuldade em chegar a mulheres com experiências de violência sexual na intimidade para a realização de entrevistas, foram contactados, por via do correio electrónico e por telefone, casas abrigo e centros de atendimento e apoio a vítimas, tratando-se, portanto, de uma amostra de conveniência.

Para conseguirmos entrevistas a mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade e iniciarmos a recolha de dados, explicou-se o estudo e os seus objetivos às instituições contactadas. Das solicitações realizadas, apenas dois centros de atendimento e

apoio a vítimas⁹ responderam positivamente, já que conseguiram marcar entrevistas. As participantes foram contactadas pelas instituições, pessoalmente ou via telefónica, e as suas experiências de violência sexual na intimidade confirmadas pela informação das técnicas que lá trabalhavam, independentemente da avaliação que as mulheres faziam desta violência em particular, no quadro de violência na intimidade de que eram vítimas. Nesse primeiro contacto, mediante aceitação e disponibilidade das mulheres, procedeu-se à marcação do primeiro momento para a entrevista. Em Lisboa, marcaram-se duas entrevistas; no Porto, marcaram-se cinco, embora uma delas não se tenha realizado por falta de comparência.

Posteriormente, em cada uma das marcações, a investigadora apresentava-se e explanava o estudo e seus objetivos para que as entrevistadas e a investigadora pudessem assinar o consentimento informado (cf. Anexo 1). Este consentimento possibilitava quer a gravação áudio para o registo das conversas, quer a sua transcrição, quer o uso do seu conteúdo, alertando para o facto de a qualquer momento poderem recusar falar ou mesmo desistir da entrevista e da investigação.

De seguida, eram solicitados os nomes próprios ou pseudónimos pelos quais as participantes queriam ser tratadas e os dados sociodemográficos para dar início às entrevistas, cujo guião apenas serviu para orientar o diálogo. No final do encontro, abria-se sempre espaço para as participantes fazerem quaisquer comentários à entrevista.

Após as entrevistas, procedeu-se às transcrições que constituíram o material para a análise, tendo também como propósito poder, posteriormente, devolver as entrevistas às mulheres, para lhes possibilitar quaisquer alterações e/ou acrescentos que considerassem necessários e, eventualmente, para a investigadora esclarecer dúvidas entretanto suscitadas. Conseguimo-lo com duas das entrevistadas; apenas uma procedeu a pequenas alterações.

A aceitação e a disponibilidade das participantes, a saturação teórica e o tempo foram as razões para que se realizassem seis entrevistas. Desta forma, se por um lado o estudo estava condicionado por questões de disponibilidade e tempo, a repetição ou a recorrência nos dados obtidos nas entrevistas levaram à interrupção das tentativas de novas marcações, já que pareciam não mais contribuir para a reflexão teórica (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

⁹ Estes centros de atendimento e apoio a vítimas estão localizados no Porto e Lisboa, pertencendo às associações União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV).

2.2. Caraterização das participantes

Todas as participantes, cujos dados sociodemográficos apresentamos na Tabela 1, são mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade. Note-se que esta seleção foi realizada por técnicas que conhecem ou têm acesso à história de violência destas mulheres, não tendo sido a violência sexual necessariamente autodeclarada pelas participantes no acesso a estes centros de atendimento e apoio a vítimas, podendo ser interessante observar esse processo de reconhecimento nas próprias narrativas.

As seis entrevistadas são de nacionalidade portuguesa e a sua idade varia entre os 44 e os 57 anos. Apresentam um grau de escolaridade entre o 3º e o 12º ano e relatam, por norma, abandono escolar precoce. Por isso, os seus percursos e situações profissionais parecem apontar para um nível socioeconómico baixo.

Afirmam também ser católicas e, à exceção de uma, que se encontra em processo de divórcio litigioso, estão divorciadas e fora da relação abusiva. Todas as participantes têm um/a ou dois/duas filhos/as dessa relação.

Independentemente do tempo que passou desde a separação, todas as mulheres sobreviventes permanecem ligadas aos centros de atendimento e apoio a vítimas e duas delas estão integradas em grupos de ajuda mútua e autorrepresentação da AMCV.

Tabela 1: Caraterização sociodemográfica das participantes (Pn) nas entrevistas

	Idade	Escolaridade	Situação profissional	Nacionalidade	Estado civil	Filh@/s	Religião
P1	57	9º ano	Costureira	Portuguesa	Divorciada	2	Católica
P2	46	3º ano	Desempregada	Portuguesa	Divorciada	3	Católica
P3	52	12º ano	Desempregada	Portuguesa	Divorciada	2	Católica
P4	47	6º ano	Empregada doméstica	Portuguesa	Divorciada	1	Católica
P5	57	9º ano	Auxiliar de ação educativa	Portuguesa	Divorciada	2	Católica
P6	44	7º ano	Empregada de limpeza e doméstica	Portuguesa	Em processo de divórcio litigioso	3	Católica

3. Análise e discussão dos dados

As transcrições das entrevistas serviram de ponto de partida para a análise das experiências e dos significados (re)produzidos nos discursos das mulheres sobreviventes de violência sexual, procedendo-se para tal à análise temática, num exercício indutivo-dedutivo, a partir dos temas que resultaram da sistematização, ao longo desta investigação, entre a literatura e as entrevistas realizadas.

A análise temática, como metodologia qualitativa que é, consiste na identificação, análise e narração de padrões ou temas, pelo que possibilita organizar e descrever de forma rica e detalhada a informação obtida (Braun & Clarke, 2006).

De acordo com Virginia Braun e Victoria Clarke (2006), a análise temática deve obedecer às seguintes etapas: i) familiarização com os dados; ii) produção dos códigos iniciais; iii) pesquisa de temas; iv) revisão dos temas; v) definição e nomeação dos temas; vi) redação do relatório. Desta forma, e no decorrer deste processo, a passagem pelas várias etapas ocorreu com alguma flexibilidade e não de forma sequencial, já que se voltava a etapas anteriores quando se achasse pertinente.

No início procedeu-se à transcrição das entrevistas o mais fielmente possível, ainda que houvesse, por vezes, momentos indecifráveis, e à (re)leitura das mesmas para procurar significados iniciais. Este momento implica para a investigadora a *familiarização com os dados*, já que influencia o restante processo. Na etapa seguinte ocorreu a *produção dos códigos iniciais*, consistindo na recolha de características presentes nos dados que parecem interessantes à investigadora e que serão representadas por códigos. Posto isto, procedeu-se à *pesquisa de temas*, que corresponde à etapa em que se agrupam os códigos identificados em potenciais temas com um significado mais abrangente. Estes temas foram cruzados com os excertos codificados, correspondendo à *revisão dos temas*, que envolve também a produção do mapa de análise temática das entrevistas (cf. Figura 1). De seguida, passámos à *definição e nomeação dos temas*, onde são aprimoradas as especificidades de cada tema, e composta a história geral que a análise conta, gerando-se definições claras e nomes para cada tema. Por fim, apresenta-se os resultados textualmente na *redação do relatório*.

Com efeito, este relatório procurará, num texto coerente e intermediado por extratos mais expressivos de cada uma das entrevistadas, explorar os temas, subtemas e códigos e revelar a narrativa da história que estes mesmos contam.



Figura 1: Mapa de análise temática das entrevistas

3.1. Amor romântico: o conto prometido e um projeto falhado

Um primeiro tema que emergiu dos dados foi o do amor que surge, na narrativa destas mulheres, como elemento central de um projeto falhado. Este amor, de que todas falam, parece ser o argumento inicial de um conto de fadas cujo protagonista se apresenta como o príncipe encantado que corteja a princesa e a completa. Já Julia Wood (2001) tinha identificado narrativas semelhantes que podem sustentar crenças que legitimam a violência, naturalizam o sofrimento e sustentam a passividade da mulher.

“Eu vi aquele homem, foi amor à primeira vista. Apaixonei-me por aquele homem. Foi isso que me fez entrar no mundo dele, está a ver. Eu apaixonei-me logo por ele. Foi um erro muito grande. Foi o maior erro da minha vida, foi esse.” (P5)

Este amor, quando abordado, é narrado como um amor único, arrebatador, com o qual se comprometeram e cujo compromisso foi como que contratualizado com a entrega total de si, considerando também ser monitorizado pela comunidade em redor. Também para Anthony Giddens (1993), o amor romântico implica a atração instantânea, o “amor à primeira vista” e, ao contrário do amor apaixonado, possibilita um envolvimento emocional mais permanente e a construção de uma narrativa pessoal na qual se integra o eu e o outro. Contudo, não tendo correspondido às expectativas destas mulheres, este amor serve muitas vezes de justificação para terem permanecido na relação violenta durante muito tempo, representando agora um projeto falhado.

Esta construção culturalmente enraizada, entre outras, do “amor perfeito” como forma de alcançar a felicidade, que já tinha sido identificada num estudo de Alison Towns e Peter Adams (2000), contribui significativamente para manter e silenciar as mulheres em situações de abuso. Estas representações românticas das relações de intimidade seriam um dos motivos para não se definir a violência sexual como um abuso, percecionando-a, embora de forma distorcida, como cuidado, argumentam Liz Kelly e Jill Radford (1990).

Houve, no entanto, também quem apontasse a pressão familiar e/ou social como motivo para a sua permanência, não devendo descurar-se a dependência económica ou contexto de múltiplas violências em que se encontravam.

“Para mim foi amor à primeira vista. Eu apaixonei-me por aquele homem completamente. Foi a primeira e a única (sobre relações íntimas). Nunca tive outra, infelizmente.” (P5)

“O meu principal erro foi... foi ele o primeiro homem com quem eu tive relações. E na minha cultura... Foi (sobre ser o seu primeiro namorado). Na minha cabeça... isto há vinte e tal anos atrás [...] impensável é eu deixá-lo e ir envolver-me com mais alguém.” (P4)

“Eu, quando o conheci, eu não tinha tido namorado nenhum e ele foi o primeiro grande amor da minha vida. Foi o primeiro e o único.” [...] “Naquela altura, o tempo não

é como o de agora. É completamente diferente, não é? Eu tinha... quando o conheci tinha 17 anos, não é... naquele tempo era assim [...] Foi amor à primeira vista.” (P1)

“Mais tarde nós começamos... pronto, a envolvermo-nos e irmos mais além. Eu via que ele tinha... um amor por mim que era uma coisa que, para mim, era uma novidade.” (P6)

“Casei duas vezes com ele. Com aquela coisa: eu vou mudar, eu vou mudar, pronto. Eu, por causa de amor, eu vou casar contigo e não sei quê...” (P2)

De facto, o amor é um aspeto central na organização da sociedade contemporânea ocidental, nomeadamente para as dinâmicas das relações de intimidade heterossexuais, determinando o que é apropriado e desejável (Sternberg, 1998). Anthony Giddens (1993) diz mesmo que “alguns têm dito que o amor romântico foi um enredo engendrado pelos homens contra as mulheres, para encher as suas cabeças com sonhos fúteis e impossíveis”.

Pese embora as transformações sociais ocorridas no sentido da emancipação das mulheres, parece caber ainda ao universo das mulheres a responsabilidade de o “sustentar”, algo que também as sustém, nomeadamente ao “lar”, ao cuidar e à maternidade. Daí que Giddens (1993) também afirme que o amor romântico encontra-se associado à subordinação da mulher ao lar e à sua exclusão do espaço público.

“[...] E idealizei isso (ter bom companheiro)... Quer dizer, casar uma vez, ficar para sempre e portanto ter os filhos, ter as nossas coisinhas... Evidente, não queria ser rica... não! Mas viver bem no dia a dia.” (P3)

Assim mesmo, no alcance da felicidade, as figuras do casamento e da maternidade apresentam-se como fundamentais para as mulheres e é provendo o bem-estar dos diferentes elementos do lar, deixando para segundo plano a realização pessoal/profissional, que se espelham os tradicionais papéis de género da afetividade e do cuidado, situando-as sobretudo no espaço doméstico. Assim mesmo, Luíza Santoucy, Viviane Santos, Maria Inês Conceição e Liana Costa (2014) falavam dos mecanismos ideológicos que atribuem qualidades às mulheres e as responsabilizam pelo bem-estar, a felicidade e o sucesso da família, na existência de violência intrafamiliar. Este discurso encontra-se bem patente nas entrevistadas, quer porque entendem que o seu projeto falhou, quer porque agora reconhecem o que deixaram de fazer em prol dele.

“Sonhava ter um casamento como via nos filmes e... Ai gostava... Meu deus! Gostava de ter um casamento como toda a gente, não é? [...] Ai tinha tantos sonhos! Ter uma casa como toda a gente [...] Feliz. Era, é tudo o que... tudo o que uma pessoa, uma mulher tem direito, não é? E tinha esse sonho de casamentos... casar vestida de noiva e tudo... tinha esse sonho, porque eu via, gostava muito de ver nos filmes, os casamentos.” (P5)

“O meu projeto de vida... é assim... eu não sou... sou ambiciosa mas sou ambiciosa como, eu costumo dizer, com cabeça, tronco e membros. Para mim ter um emprego, ter um pezinho de meia, ter uma vida estável... e viver para a família. O meu sonho era ter... gosto muito de cozinhar. O meu sonho é fazer bolos. Era ser mãe.” (P4)

“Enquanto mulher para mim, é assim... eu não fiz uma coisa na altura que, pronto, por circunstâncias da vida, que era estudar. Não estudei. sim, ter estudado, tirar um curso qualquer.” (P1)

“Era ser feliz. Continuar os meus estudos. [...] Pretendia era ter estabilidade na relação... numa relação, pronto. Vir a ter uma casa, um lar... e ser muito feliz.” (P6)

“O meu sonho, o que eu queria? Ai! Queria tanto ser feliz. Não queria ser rica, mas queria ter dinheiro porque eu adorava meninas. [...] Desde pequenina... ter meninas, ser feliz, não faltar nada para os meus filhos, ter um marido... um bom marido...” (P2)

E se todas estas mulheres casaram, tiveram filhos/as e cuidaram do lar como sonharam, esperar-se-ia que fossem felizes? Não, porque os príncipes não corresponderam ao conto de fadas prometido, com o que esperavam para um projeto de vida a dois, e não expectando, claro está, as várias formas de violência por que passaram na intimidade. Maria Lúcia Garcia e Eda Tassara (2003) observaram que as mulheres que identificavam estar a viver problemas nas relações conjugais faziam-no porque se afastavam do modelo idealizado de casamento que é mediado pelos valores e expectativas sociais, procurando contudo a inclusão na categoria “ser feliz no casamento”, da utopia do amor romântico.

“Ali não havia compreensão, não havia diálogo, não havia... ternura, preocupação, nada... se perguntar o que é que... de bem, o que é que ele tinha? Eu não vejo nele um amigo, um companheiro, pai, nada.” (P4)

“O que é que eu esperava? Foi, foi (sobre amor à primeira vista) e esperava que corresse tudo bem como... Pronto, que namorássemos. Acabou por nem ser namoro porque eu nunca tive... nunca namorei praticamente. Comecei logo a ser maltratada e aquilo para mim não era namoro nem era nada.” (P5)

“[...] Ter uma pessoa que me amasse muito e que eu amasse também e que eu desconhecia esta parte. Nunca pensei que me batesse à porta esta parte da violência doméstica e sexual.” (P6)

“Eu conheci-o e a minha vida parou. Completamente. Parou. [...] É lógico que eu queria ser mãe e muito... Mãe e queria ter 2 filhos. Tive. [...] Ele não me deixava trabalhar, não me deixava fazer nada. Então ali fiquei muito limitada naquilo que eu queria ser ou deixava de ser. Durante 14 anos fui mãe e dona de casa. Só que passado 14 anos, eu já estava farta [...]” (P1)

3.2. Sexualidade dicotômica: entre o que é ou não aceitável

Um segundo tema que surge das entrevistas é o da sexualidade, aspeto relevante nas relações de intimidade, mesmo que para Anthony Giddens (1993), não seja central aos ideais do amor romântico. Isto decorre também da ideia persistente de que a proximidade emocional tem mais importância para a atividade sexual das mulheres do que para os homens, mesmo que verifiquemos cada vez mais semelhante o comportamento sexual entre homens e mulheres (Lindsey, 2015).

Ao longo das entrevistas, as mulheres opuseram normalmente uma sexualidade que seria desejável, negociada com os seus parceiros e em que o prazer fosse tido em conta, às dinâmicas abusivas que viveram no seio da intimidade. Por outro lado, a anulação ou o olvidar do seu desejo ou prazer sexuais (nas palavras de algumas, ficam frias) parece, por vezes, ser a justificação da violência cometida sobre elas. De acordo com alguns estudos (Bergen, 1996; Finkelhor & Yllo, 1985; Russell, 1990), as sobreviventes parecem acreditar no “dever de esposa”, o que explicaria a submissão e a renúncia aos seus desejos sexuais.

De facto, nas suas narrativas podemos observar estereótipos de género e crenças sobre a sexualidade, nomeadamente o duplo padrão sexual, produzindo discursos legitimadores e silenciadores da violência sexual na intimidade.

“Eu desejava que fosse diferente... eu desejava... pronto, sentir... Diga-me uma coisa... Estou a dizer-lhe que eu nunca consegui ser... ter prazer... até ter... podia ter até, até tive. Não posso dizer que não tive ao início, não é? Mas depois... pronto, eu queria se calhar... na parte do sexo, queria ter sido um bocadinho mais desejada, não é?” (P5)

“Sim, sim. Tinha desejo. [...] Se eu quisesse, se eu lhe quisesse deixar levar, não vou dizer que não tinha prazer. Tinha. Mas depois é o sistema. Eu acho que é mais o sistema nervoso... estar tão... depois é cansada, tem aquela fase dos filhos... [...] Tem tanta coisa para fazer, tanta... Depois como não tem apoio, chega à cama... também nada conseguia.” (P4)

“Eu acho que num casal tem que funcionar de vontade das duas pessoas e não só de uma. [...] Eu não sentia sequer já prazer. [...] podia existir uma... um bom relacionamento ao nível sexual... que não existia [...] quando a cabeça funciona mal, a parte de baixo não funciona de todo. E depois era a obrigação de ele querer fazer todos os dias.” (P6)

“À medida que o tempo foi passando, e as coisas foram piorando, e ele foi sendo assim, eu esfriei, esfriei, esfriei um bocado. [...] Esfriar é assim, não sentia qualquer prazer, às vezes incomodava-me, outras vezes irritava... Nunca... é assim, acho que a partir de certa altura deixou de ser prazerosa.” (P1)

“Não, não tinha (sobre ter prazer). Não tinha nenhuma coisa de... pronto, era... é como quem... é como os coelhos [...] Acho que se há amor, há... há um conjunto de coisas... que a gente... eu pelo menos sou assim: eu era incapaz de ir com um homem para a cama que não conhecesse.” (P3)

A atividade sexual é, em grande parte, percebida como uma obrigação (surgindo algumas vezes a palavra frete) e da qual revelam ora insatisfação ora incompreensão. Esta obrigação é legitimada culturalmente e tanto mais quanto maior for o grau de estabilidade e formalidade da relação (Gagnon, 2004), surgindo quer nos discursos destas mulheres,

quer nos dos agressores, ou mesmo em pessoas a quem denunciam, tendo por base o duplo padrão sexual.

A figura tradicional do casamento aparece aqui como uma garantia de direitos dos homens sobre as mulheres que legitima a violência sexual na intimidade, podendo a religião contribuir para esta ideia. Apesar de nem sempre a terem percebido como tal, todas as participantes reconhecem agora a violência sexual nas suas relações, mesmo que pontualmente, quando a situação era mais próxima da “violação clássica”.

“Não, não porque eu sabia que ali não havia... Ele não fazia aquilo por amor, ele fazia aquilo por necessidade, porque tinha que ser mesmo assim, pronto, não sei explicar. Aquilo era assim, era uma obrigação... para mim. Para ele era satisfazer-se sempre.” (P5)

“Acho que houve alturas que sexualmente se eu... que fui violada... que se eu tivesse... feito queixa dele... como é que eu hei de explicar... a gente fica, fica... fica dorida...” (P4)

“Porque eu cheguei a uma altura que eu disse isto não é normal! Eu não tenho vida. [...] Era uma obrigação e aquilo para mim tornou-se uma... Eu comecei a perceber que aquilo era uma doença...” (P6)

“Não é, não era uma violência assim à primeira vista, não é? Não é uma violência visível, não é? Mas é uma violência camuflada, não é? É quase como que... tu és minha mulher e eu tenho obrigação, tens obrigação e... tens que estar aqui para mim, não é? E sentir isso... é quase que coagida, não é?” (P1)

“A não ser que sabia que eu não sentia nada, não é? E que... mas que eu me apercebesse, talvez por causa da medicação, assim violência... quer dizer, violência era. Ele fazia, não é? Eu sei que não tinha vontade e tal... não queria.” (P3)

“[...] A não ser que às vezes fosse obrigada. Também o que me deu mais força na separação, também tem a ver com isso. Se calhar até foi mais.” (P2)

É recorrente a ideia de uma sexualidade ativa vivida pelos homens, ao contrário de uma sexualidade submissa das mulheres. Se, na sociedade contemporânea, o prazer e o desejo sexual são realidades de uma sexualidade feminina já reconhecida, não lhe atribuindo como outrora o papel da reprodução, esta parece ainda estar controlada. Este

duplo padrão, que corresponde à ideia de que os homens podem expressar-se sexualmente e as mulheres não, parece estar assente nas crenças falsas de que as mulheres têm menor desejo sexual, mais dificuldade na excitação sexual e menos orgasmos (Lindsey, 2015). Assim mesmo, a assunção de que a sexualidade é meramente do domínio da biologia e, portanto, determinista, em muito contribui para estas crenças.

Por outro lado, os guiões sexuais, associados aos diferentes papéis de género, baseiam-se na crença de que o sexo serve propósitos distintos: para os homens, o orgasmo e o prazer físico; o amor e o prazer que advêm da intimidade, para as mulheres (Lindsey, 2015).

Citando Shere Hite (2004), “não é a sexualidade feminina que tem um problema, mas a sociedade que o tem na definição de sexo e no papel subordinado que essa mesma definição dá às mulheres.”

“[...] sempre fui ensinada assim e que era assim. foi muito difícil meter-me na cabeça que aquilo não era assim. [...] Ou porque o homem é doente. Ou porque é mesmo assim a natureza. Não sei. [...] Eu, para mim, acho que já é da pessoa. Acontece porque o homem é mesmo assim.” (P5)

“Aí entra depois a religião... que a gente acaba por ter de compreender que os homens têm outras necessidades... que as mulheres não têm e a gente acaba por quebrar e acabava por... por deixá-los. [...] é uma questão [...] de esvaziar os tomates [...] E por outro lado é assim um misto de quase obrigação [...] e aquilo anda ali a moer... [...] A gente... é educada para suportar tudo o que os homens fazem... ser submissa, sim... [...] Nós mulheres acho que somos mais... pacificadoras, somos mais compreensivas, somos tolerantes...” (P4)

“Porque a mulher deixa e assim o permite e o homem pensa que é uma obrigação e a mulher muitas vezes pensa, é meu marido, eu tenho que fazer a vontade.” (P6)

“Acho que os homens são, nesse aspeto, acho que não são iguais às mulheres porque são mais sensíveis, mais... E acho que os homens falam mais aquele lado do macho, do masculino, não é? Que mesmo que estejam em baixo, acho que a vontade de ter sexo, têm sempre, não é? [...] E depois há aquele tipo de mulheres que pensam que... que tem que se fazer nem que não se queira, porque senão os maridos vão procurar outras.” (P1)

“Porque nos dão uma ideia... o sexual é tabu. E portanto os homens tinham [...] muitas mulheres, várias mulheres e portanto era mais uma. Era mais uma que eles tinham. E... eu acho que foi muito a mentalidade, mas vai ser difícil reverter.” (P3)

“Costuma-se dizer que [...] Quando um casal não tem em casa, vai procurar lá fora. É assim, não é? Porque às vezes dá muito em separações... que eu vejo.” (P2)

3.3. Violência sexual: importância do consentimento para o seu reconhecimento

Um terceiro tema que decorre das entrevistas é o da violência sexual, pelo que tentámos no decorrer das entrevistas, com as mulheres sobreviventes, perceber o porquê de estar oculta e não ser logo reconhecida ou ser legitimada.

David Finkelhor e Kersti Yllo (1985) consideram que é importante distinguir algumas formas de coação no que diz respeito à violência sexual na intimidade: coação social, que envolve as expectativas e normas culturais internalizadas; coação interpessoal, que abrange as ameaças que, pela sua natureza, não são violentas; coação física ou ameaça concretas.

Ainda que não haja dúvidas acerca dos efeitos negativos que estas formas podem assumir, poderão ser mais ou menos óbvias, quer para as mulheres sobreviventes de violência sexual, quer para quem elas denunciam. Enquanto as últimas são facilmente associadas ao crime de violação, a coação social e a coação interpessoal serão de difícil interpretação, ou mesmo impossível, tendo em conta as definições de violência sexual.

Assim, para o reconhecimento da violência sexual, apontam o sofrimento que advém da obrigação da atividade sexual na intimidade, percebendo não ser consentida e a maior proximidade à coação física ou à ameaça concreta. No entanto, como já perscrutámos, são vários os estereótipos, as crenças quanto à violação, as construções sociais que concorrem para a sua legitimação social, dificultando por sua vez o reconhecimento por parte das mulheres da violência sexual. Isto é particularmente patente, quando ela toma a forma de coação social e não encontra o reconhecimento nas próprias definições de violência sexual.

Por outro lado, nas suas narrativas fica claro o contexto de controlo e poder em que estas mulheres vivem, experienciando múltiplas formas de violência na intimidade, sendo para elas a violência sexual mais uma forma de violência.

Deste modo, o medo e a insegurança em que vivem destacam-se, sendo fortes motivos para a não denúncia. Ainda assim, enunciam algumas estratégias de evitamento para lidar com a violência, sabendo que a negação à atividade sexual as poderia colocar em maior risco.

“Mas eu com o medo que eu tinha dele, eu fazia sempre. Mas já começava eu própria a pensar, espera aí! Isto não é assim, não pode ser assim! Pronto. Já tinha mais consciência que aquilo era mesmo violência sexual e que não tinha que ser.” (P5)

“Não. Sofri sempre em silêncio e por... Questionava-me como é que vou sair desta relação. Como é que vai ser? Só que ele ameaçava-me sempre que... Ele era caçador... Que montava a arma e que me dava um tiro em cada pé. Que eu nunca mais era ninguém na vida.” (P6)

“Não é que ele me obrigasse assim fisicamente, mas era quase como um obrigar... de me chamar nomes e dizer que tinha amantes porque não queria ter nada com ele [...] Era mais na base do insulto, não é? Ele pressionava.” (P1)

“Se a gente não quer ele ameaça, não é? E a gente só para nos deixar... É que, sei lá! É... Tinha alturas que ele torturava-me e não sei quê não sei que mais... E a gente, para ver se se calava, a gente até cedia. Não é que a gente quisesse. Pois. E depois dizia, as outras mulheres fazem isto, as outras mulheres fazem aquilo e tu não fazes, não sei quê. [...] Era um frete.” (P3)

Por outro lado, nas narrativas das participantes, a atividade sexual é vista como algo do foro privado e, como tal, não deve ser exposta. A vergonha e a humilhação resultantes da exposição concorrem também para a não denúncia, particularmente a da violência sexual, uma vez que a denúncia implica grandes custos para a sua identidade: o reconhecimento social do “erro”. Este erro representa o projeto falhado do afeto, da estabilidade e de uma sexualidade “normal” expectáveis numa relação de intimidade (Silva, Machado & Silva, 2002).

“À polícia acho que não, ó doutora (ri-se). Eu sei que quer que diga que sim. [...] Eu acho que é uma coisa íntima e nossa. É coisa que a gente até tem vergonha de dizer. A gente depois tem filhos. Estamos sempre com cuidado para ver se eles não se apercebem. [...] São coisas nossas que nós é que temos que aguentar e se pedimos ajuda, de maneira a que ninguém se aperceba.” (P2)

“Pensamos, às vezes, não! Isto não é normal acontecer isto? [...] Mas ao mesmo tempo nós andamos tipo adormecidas, anestesiadas, temos medo de denunciar pela vergonha de expor a nossa vida... pelos filhos. é muito complicado.” (P6)

“Muitas mulheres não denunciam. A coisa é um bocadinho difícil, não é? Porque depende das pessoas, depende... até da própria relação, não é? Depende das pessoas, às vezes [...] aquela ideia de [...] não tem direitos, não é? E que elas têm que obedecer, não é? Então acham que aquilo que é normal, não é? Eu acho que ainda pensam assim, não é? Outros por vergonha, não é? [...] de ir à luz do dia, não é? De ir... as pessoas a saberem, não é? [...] a vida sexual é uma coisa que só diz respeito aos dois e então que... que não interessa ver, não é? Há muitos motivos, preconceito... há muitos motivos.” (P1)

Por fim, parecem recear da sua credibilidade e da vitimização secundária na denúncia desta violência, parecendo estar, de algum modo, relacionado com os mitos da violação e os estereótipos de vítima e agressor existentes. Aliás, observa-se uma desconfiança na eficácia do sistema de justiça.

“Não tinha, não tinha, não tinha. Porque se tivesse, se eu tivesse... se eu tivesse tido apoio de alguém, eu não tinha chegado até ao ponto em que cheguei. Sim, não me apoiavam, não me apoiavam...” (P5)

“E da minha parte... acho que me desgastava mais se eu fosse por esse caminho (sobre a denúncia)... do que por outros caminhos. Aqueles que eu tentei seguir mais... mais civilizados, digamos.” (P4)

“Não, porque a gente vai lá, vai se fazer queixa, não é? E gente que diz: violada, fui isto e fui aquilo... Nós vamos dizer ele quis meter para o ânus? Ele quis meter na boca? Eu acho que essas coisas não. Acho que mesmo nós ficamos mais... não sei. A gente não conhece aqueles polícias. A doutora e assim, já são preparadas para isso. Os polícias não.

[...] Que eu pensava que violada são aquelas pessoas que são violadas... crianças, novas, que não estão... mas não.” (P2)

“É assim, depois neste tipo de violência doméstica, violência sexual ou não sei quê, montes de vezes a culpa é da mulher. É que tem culpa por serem vítimas de violência doméstica e sexual. São, são.” (P1)

“Já física eles torciam muito o nariz. Na sexual, eu acho que a nível de ideias que temos na nossa sociedade, ainda eram capazes de dizer, olha! Vens para aqui e se calhar o que querias era...” (ri-se) Sei lá.” (P3)

3.4. Reconhecimento e denúncia da violência sexual

Um outro tema óbvio e central para a análise temática das entrevistas é o do reconhecimento e da denúncia, sendo algo que obrigatoriamente abordáramos nas entrevistas. Partindo das perguntas que orientam este estudo, queríamos perceber: se fizeram denúncia; se sim, a quem; se não, porquê; e em que medida a consideraram importante.

Nas entrevistas observamos sobretudo a dificuldade em denunciar ao sistema de justiça, sendo que algumas não terão sequer apresentado queixa desta violência nem seguido os trâmites habituais para a sua prova. Há uma certa descrença na justiça, na medida em que creem que nem sempre atua eficaz ou prontamente. Em particular, apontam para a falta de preparação dos profissionais da polícia, o medo da revitimização, a vergonha e o facto de a sexualidade ser uma questão do foro privado. Constata-se também, a partir das suas experiências, que a violência sexual é frequentemente ignorada ou minimizada pelos diferentes profissionais no conjunto de violências de que são vítimas.

Por outro lado, todas elas admitiram ter falado abertamente das suas experiências nos serviços de atendimento e apoio a vítimas, junto de técnicas e/ou psicólogas, e com as quais poderão ter reconhecido e assumido a violência sexual pela primeira vez, ainda que depois de saírem das relações.

Embora as entrevistadas considerem importante tanto denunciar como dar visibilidade à violência sexual, reconhecendo estar oculta, não são para elas claras a sua

relação nem as razões para a sua invisibilidade. Daí que todas referem haver necessidade de informação, de reconhecimento social da violência sexual, reclamando uma melhor preparação de profissionais; algumas defendem mesmo a existência de profissionais e gabinetes especializados.

“Haver mais apoio, haver gabinetes de apoio espalhados por vários sítios... haver informação em todo o lado. A comunicação social... televisão, rádio... papéis... tudo. Tem que haver muita informação, tem que se fazer chegar às pessoas que... que a violência sexual é... é uma pessoa que se pode... é uma coisa que se pode resolver, que pode haver... que há ajuda.” (P5)

“Que haja um clique, uma denúncia. Que haja mais gabinetes especializados, psicólogas adequadas... para acompanharem este tipo de casos... que é grave. E que haja mais a ter ajuda e falar-se mais desta situação... na televisão, na rádio e programas... Eu não me importo de participar, eu... Mas precisamos sobretudo de gabinetes especializados.” (P6)

“Devíamos ter pessoas (sobre denunciar)... podemos ter pessoas nesses... agora grupos que fizerem [...] Que já há no atendimento também [...] Termos especialistas nesse ponto para a gente... Eu, eu falo por mim, não é... Para se ter mais sensibilidade, estar mais à vontade com esse género de pessoas.” (P3)

“Mas apresentar queixa e falar... falar abertamente, não é? Com uma pessoa, se calhar, mais íntima, mais próxima, com amigos, com familiares, não é? Que a coisa se saiba o mais possível, não é? Para também que o próprio homem perceba que realmente... que não tem o direito [...] sobre a mulher, não é? E que está a exercer... violência sexual, não é?” (P1)

3.5. Sobrevivência: da resistência ao ativismo

O tema da sobrevivência decorre das narrativas das suas histórias de violência e refere-se ao modo como as participantes se (re)definem atualmente fora das relações, tendo em conta as experiências por que passaram, nomeadamente no contacto com as redes de

apoio e sistema de justiça. Dependendo dessas vivências, das consequências da violência, o modo como reagiram e atuaram as pessoas com quem contactaram e como integraram tudo isso na (re)construção das suas vidas, elas terão diferentes percepções de si, podendo aceitar mais ou menos o estatuto de vítima. Liz Kelly (1988), tentando recusar o conceito de vítima e defendendo o conceito de sobrevivente, argumenta que apesar de todas as consequências e perdas resultantes da história de vitimização, as mulheres percebem que vão fazendo importantes descobertas e escolhas num processo ativo de *coping*, resistência e sobrevivência, algo que ficou patente durante as entrevistas.

“Virei-me sozinha para tudo, comprei coisas, consegui pagar... Sou, sou uma sobrevivente mesmo. Posso dizer que sou.” (P1)

“Tenho força, não é para me gabar. A doutora sabe.” (P2)

“Venho, faço as reuniões... do grupo que é para ajudar estas mulheres... E sei. Estou sempre a par destas coisas e sei que há muita gente a passar por isto. Isto tudo o que eu faço é... com sentido de mudar, de tentar mudar, de ajudar estas pessoas.” (P5)

“Dentro de casa é difícil... senão há luta... levamos mais. A realidade é essa [...] À partida, se continuar estas associações, se as pessoas... Eu tenho estado em movimentos... todos, tudo e por causa da UMAR... Tenho estado em tudo. Sou uma ativista quando vejo algumas coisas que não gosto.” (P3)

“[...] Fiz também no ISCTE e, pronto, tenho participado em tudo. [...] Tenho muita força de vontade... em dar conhecimento sobre... violência sexual no casamento, nas mulheres. Portanto... sou uma autorrepresentante do grupo Hipátia, aqui na AMCV.” (P6)

Uta Gerhardt (1979) sugere mesmo que o *coping* poderá emergir sob a forma de ação política, nas quais os indivíduos ou grupos percebem que o seu mal-estar resulta de uma causa social, pelo que a solução passa pela mudança social, à qual Liz Kelly (1988) dá o nome de resistência coletiva (*collective resistance*). Liz Kelly (1988) acrescenta que pelo facto de a resistência não ser publicamente visível não quer dizer que as mulheres aceitem a vitimização, mas que para a resistência coletiva, as mulheres precisam de passar por três fases. Neste processo, a compreensão do problema é necessariamente acompanhada da crença que a mudança social é necessária e possível. Desta forma, a primeira fase passaria pelo reconhecimento das causas da violência sexual, a segunda pelo reconhecimento de

formas de prevenção e a terceira pelo envolvimento na ação coletiva para o alcance da mudança social.

Com efeito, dependendo do acompanhamento que tiveram e dos recursos a que tiveram acesso, as participantes destacaram maioritariamente a relação de poder desigual como justificação da violência sexual, apontando a necessidade de prover informação às vítimas e à sociedade em geral. Note-se que algumas referiram, inclusive, a importância da sua participação nesta investigação. Finalmente, em duas delas está bem patente a sua agência para a mudança social.

“Exatamente, tem que haver muita mudança... mudanças mesmo. Muito importante, sim. Eu acho que a lei é que... é que faz... Pronto, a lei é que faz estas coisas, é que faz mudanças, é que te faz mudar. Ao nível da sociedade também acho que está muito parado, muito... As pessoas não sabem muito o que é que se está a passar...” (P5)

“Eu acho que tem a ver com a cultura... o homem português... Acho que tem... está enraizado que é macho... Eu é que sei, eu é que... era o que faltava! O meu dizia muitas vezes. Aliás o reflexo... aí está... o reflexo tem a ver com a educação... Acho que faz falta a educação moral na escola, os valores morais pois ninguém liga a eles...” (P4)

“Exatamente (sobre ser um problema cultural). Há muitas pessoas de idade que ainda se deixam submeter a esta situação, porque pensam que têm que fazer as vontades ao marido em tudo... Deixam-se... estão submetidas àquela situação...” (P6)

“Não sei em quê (sobre as mudanças necessárias), acho que não pode mudar. [...] Só se agora eles nos amarrassem... tu tens que fazer isto e isto não pode ser.” (P2)

“Porque é que a violência acontece... Porque nos dão uma ideia... o sexual é tabu. É tabu, não é? Portanto... eu acho que não é... E portanto os homens tinham [...] muitas mulheres, várias mulheres e portanto era mais uma. Era mais uma que eles tinham e... Eu acho que foi muito a mentalidade, mas vai ser difícil reverter.” (P3)

“Muita, muita. Principalmente nos meios mais pequenos, não é? (sobre a educação e informação). Há falta de informação. Não chega, não é? [...] A coisa é um bocadinho difícil, não é? Porque depende das pessoas, depende... até da própria relação, não é? Depende das pessoas, às vezes [...] aquela ideia de [...] não tem direitos, não é? E que elas têm que obedecer, não é? Então acham que aquilo que é normal, não é? Eu acho

que ainda pensam assim, não é? Outros por vergonha, não é? [...] de ir à luz do dia, não é? [...] A vida sexual é uma coisa que só diz respeito aos dois e então que... que não interessa ver, não é? Há muitos motivos, preconceito...” (P1)

4. Considerações finais, limitações e investigação futura

São várias as razões que concorrem para ocultar a violência perpetrada na intimidade, permanecendo silenciada e não reconhecida socialmente (Neves & Nogueira, 2003). No que diz respeito à violência sexual, muito do trabalho, quer na crescente investigação académica, quer pelo maior reconhecimento público, deve-se a ativistas e académicas feministas; todavia são incontornáveis as críticas ao facto de este mesmo conhecimento produzido não atender à variedade de experiências que a diversidade de mulheres vive (e.g. Davis, 1981). Da mesma forma, as vozes que aqui procuramos desocultar não revelam a multiplicidade de experiências tidas por mulheres que acumulam outras desigualdades ou vivem noutros contextos culturais, para além da questão de género e da cultura sexista que tanto possibilitam como ocultam esta violência. Numa perspetiva interseccional, seria interessante desocultar as vozes de pessoas de diferentes culturas e pertencentes a diversas comunidades, orientações e identidades de género. De acordo com Ann Levett (2003), a investigação nesta área é limitada, pelo que será necessário uma investigação da violência sexual mais “sensibilizada culturalmente” (*culturally sensitized*).

Neste como noutros estudos, encontrámos fortes relações com a sexualidade. Todavia, os movimentos feministas negros sugerem que a sexualidade não terá a mesma relevância para todas as mulheres nas diferentes culturas, ou mesmo para todas as mulheres de uma mesma cultura, havendo outros mecanismos de desigualdade importantes.

Daí que não quiséssemos também com este estudo congregar as vozes aqui desocultadas numa teoria explicativa, crendo que esse objetivo, ao longo da investigação na área, possibilitou que em muitos casos não se reconhecesse a violência sexual, legitimando-a, e se falhasse na adequação da resposta às vítimas.

Ainda assim, tentámos contribuir em parte para o entendimento deste fenómeno social, vivido na esfera privada por diferentes mulheres, e quisemos, sobretudo, contribuir para o reconhecimento social desta realidade, nas palavras de uma das participantes “trazer à tona”. De facto, segundo Virginia Braun e Victoria Clarke (2013), não existe, somente, uma versão correta da realidade ou do conhecimento, mas versões de realidade múltiplas, intimamente relacionadas com o contexto.

Na realidade, é tal a proporção e o impacto da violência sexual na saúde, na educação e no trabalho ao nível mundial, que a própria Organização Mundial de Saúde reclama por uma prevenção primária, sistematizada e monitorizada, para a mudança de atitudes e comportamentos que sustentem a violência sexual (García-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise & Watts, 2005).

Esta mudança é ainda mais urgente quando deparamos com os dados da UMAP, revelados recentemente, no ano de 2015, através dos *media*, no âmbito de um questionário sobre a violência no namoro: num inquérito realizado junto de, aproximadamente, 2500 jovens do Norte de Portugal Continental, 4,5% de jovens foram vítimas de violência sexual e 23% consideram normal forçar o/a companheiro/a a ter relações sexuais ou beijar à frente de outros/as.

Já num estudo de Luísa Saavedra, Conceição Nogueira e Sara Magalhães (2010), concluiu-se que adolescentes de ambos os sexos reconhecem a existência do duplo padrão sexual e que este regula a forma como constroem a sexualidade, refletindo por sua vez que, apesar do tempo decorrido, as assimetrias ainda se verificam.

Nesta mesma linha, Sara Magalhães (2016) observou que o discurso presente em revistas para raparigas é o de trabalhar no sentido de se tornarem *sexys*, de saberem mais sobre questões relacionadas com a sexualidade e de se esforçarem por construir uma relação heterossexual. Estes comportamentos e estas atitudes não concorrem, seguramente, para a liberdade sexual das mulheres.

A estes dados, somam-se outros estudos que verificaram que no contexto universitário é mais comum encontrar atitudes e práticas que encorajam a dominação pelos homens, a objetificação e a exploração das mulheres (Koss & Cleveland, 1997; Sanday, 1996), sugerindo uma cultura mais permissiva à violência sexual (Cooper, 2002; Presley, Meilman & Leichter, 2002; Wood & Sher, 2002).

Finalmente, a violência sexual tem sido também uma das formas de cibercriminalidade que parece atingir mais as jovens do sexo feminino e ser cometida mais pelo sexo masculino (Perista, Cardoso, Silva & Carrilho, 2012).

Desta forma, e sendo patente também nas entrevistas, a educação sexual torna-se, desde cedo, premente e “para que seja verdadeiramente eficaz, urge fazer dela um projeto comum a todos os agentes educativos, ajudando-os a compreender a influência do género na construção da sexualidade e das relações amorosas, refletindo sobre as suas práticas educativas e sobre o modo como estas ajudam a manter ou, pelo contrário, desconstruir os

discursos dominantes sobre a sexualidade” (Paechter, 2006 cit. in Saavedra, Nogueira & Magalhães, 2010).

Sendo os dados de prevalência da violência sexual assustadores e sabendo que estão aquém dos números reais, sobretudo quando ocorrem no seio de relações de intimidade, ao encontrarmos relação entre crenças estereotipadas e a violência sexual, torna-se fundamental revermos os conceitos de violência sexual. Nestes deverão caber a diversidade de experiências de violação, abuso, assédio, coação e ameaça, reforçando a ideia do não consentimento como violação da liberdade e da autodeterminação sexual, e não ficar dependente das interpretações subjetivas e idiossincráticas que negam as experiências das mulheres e desresponsabilizam os homens.

Assim mesmo, entendemos que o reconhecimento social promoverá as mudanças necessárias nas instituições sociais e culturais, nomeadamente nas atitudes e comportamentos legitimadores na sociedade e, conseqüentemente, nos diferentes profissionais que lidam e atuam nesta realidade. Deste modo, e tendo efeito ao nível legal e no apoio efetivo, as mulheres sobreviventes de violência sexual na intimidade e em geral, não mais ocultarão esta violência, pelo que possibilitar-lhes-emos a reabilitação de direitos. Sofia Neves e Conceição Nogueira (2003) sugerem mesmo que ao fazer isto através da mobilização de recursos institucionais, realizamos um trabalho terapêutico “em rede” que estimula a reorganização dos sistemas públicos como o sistema de saúde, o sistema de justiça, entre outros.

A sociedade deve, pois, possibilitar e adequar os serviços de atendimento e acompanhamento a todas as vítimas e, como relevado pelas participantes deste estudo, ampliar o atendimento e acompanhamento especializados, nomeadamente na capacitação de profissionais nesta área em particular. Cremos que este trabalho será vantajoso, em particular para a própria reconstrução identitária das mulheres, na medida em que elas próprias poderão querer ser agentes da mudança social.

Ao quadro legal vigente, em Portugal, exige-se que dê sinais inequívocos da condenação deste crime nos diferentes níveis, independentemente do contexto e da forma como ocorre, sendo de suma importância para as vítimas, para os ofensores e para a sociedade como um todo.

Claro está que, paralelamente a tudo isto, as sociedades e seus agentes devem continuar a trabalhar para a efetiva igualdade de participação nas várias esferas da vida entre homens e mulheres, no sentido de uma cidadania, no usufruto de direitos e liberdades plenos. Isto possibilitará que, para além do espaço público, no privado e particularmente

no seio das relações de intimidade, o amor, a sexualidade e mesmo a família poderão ser vividos sem violência e em circunstância de liberdade e igualdade de direitos.

Referências bibliográficas

Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9–22.

Bachman, R., & Saltzman, L. E. (1995). Violence against women: Estimates from the redesigned survey. *National Crime Victimization Survey*. U.S. Department of Justice: Bureau of Justice Statistics.

Barra da Costa, J. (1999). Delinquência Juvenil. Que Política? In M. Gonçalves, R. A., Sani, A. I., Machado, C. & Matos (Ed.), *Crimes: práticas e testemunhos*. Braga: Universidade do Minho.

Batsleer, J., Burman, E., Chantler, K., McIntosh, S. H., Pantling, K., Smailes, S., & Warner, S. (2002). *Domestic Violence and Minoritisation: Supporting Women to Independence*. Women's Studies Research Centre: Manchester Metropolitan University.

Bergen, R. K. (1996). Wife rape: Understanding the response of survivors and service providers (Vol. 2). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Berger, V. (1977). Man's Trial, Woman's Tribulation: Rape Cases in the Courtroom. *Columbia Law Review*, 77(1), 1–103.

Borgida, E., & White, P. (1978). Social perception of rape victims. *Law and Human Behavior*, 2(4), 339–351.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.

Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. Sage.

Brownmiller, S. (1975). *Against Our Will: Women and Rape*. New York: Simon Schuster.

Burman, E., Smailes, S. L., & Chantler, K. (2004). "Culture" as a Barrier to Service Provision and Delivery: Domestic Violence Services for Minoritized Women. *Critical Social Policy*, 24(3), 332–357.

Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(2), 217–230.

Carmody, M. (2003). Sexual Ethics and Violence Prevention. *Social & Legal Studies*, 12(2), 199–216.

Chantler, C., Burman, E., Batsleer, J., & Bashir, C. (2001). *Attempted Suicide and Self Harm (South Asian Women)*. Women's Studies Research Centre: Manchester Metropolitan University.

Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies International Forum*, 28(6), 445–455.

Clark, L. M. G., & Lewis, D. J. (1977). *Rape: The price of coercive sexuality*. Toronto: Women's Press.

Cooper, S. E. (2002). Peace as a human right: The invasion of women into the world of high international politics. *Journal of Women's History*, 14(2), 9–25.

Davis, A. Y. (1981). *Women, Race, & Class*. New York: Vintage.

Day, K. (1999). Strangers in the night: women's fear of sexual assault on urban college campuses. *Journal of Architectural and Planning Research*, 16(4), 289–312.

Defago, M. A. P. (2015). Violencias institucionalizadas: El discurso judicial sobre las mujeres. *Ex Aequo*, (31), 61–74.

Estrich, S. (1987). *Real Rape*. Harvard University Press.

Feild, H. S. (1978). Attitudes toward rape: A comparative analysis of police, rapists, crisis counselors, and citizens. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(2), 156.

Finkelhor, D., & Yllö, K. (1985). *License to Rape: Sexual Abuse of Wives*. New York: Free Press.

Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Saturation sampling in qualitative health research: theoretical contributions. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27.

Foucault, M. (1997). A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. (2014). *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia. Resultados em revista*. Retrieved from <http://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results-report>

Gagnon, J. (2004). *An Interpretation of Desire: Essays in the Study of Sexuality*. University of Chicago Press.

García-Moreno, C., Jansen, H. A. F. M., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). WHO multi-country study on women's health and domestic violence against

women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses. World Health Organization.

Garcia, M. L. T., & Tassara, E. T. de O. (2003). Problemas no casamento: uma análise qualitativa. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 127–133.

Gerhardt, U. (1979). Coping and social action: theoretical reconstruction of the life-event approach. *Sociology of Health and Illness*, 1(2), 195–225.

Giddens, A. (1993). *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. São Paulo: UNESP.

Goodman, L. A., Koss, M. P., & Russo, N. F. (1993). Violence against women: Physical and mental health effects. Part I: Research findings. *Applied and Preventive Psychology*, 2(2), 79–89.

Gordon, M. T., & Riger, S. (1989). *The female fear: The social cost of rape*. University of Illinois Press.

Hite, S. (2004). *The Hite Report: A Nationwide Study of Female Sexuality*. Seven Stories Press.

Holmstrom, L. L., & Burgess, A. W. (1983). *The Victim of Rape: Institutional Reactions*. Transaction Publishers.

Kelly, L. (1988). *Surviving Sexual Violence*. Cambridge, UK: Polity Press.

Kelly, L., & Radford, J. (1990). “Nothing really happened”: the invalidation of women’s experiences of sexual violence. *Critical Social Policy*, 10(30), 39–53.

Kilpatrick, D. G., & Resnick, H. S. (1993). Posttraumatic stress disorder associated with exposure to criminal victimization in clinical and community populations. In J. R. T. Davidson & E. B. Foa (Eds.), *Posttraumatic stress disorder: DSM-IV and beyond*. Washington, DC: American Psychiatric Press.

Klemmack, S. H., & Klemmack, D. L. (1976). The social definition of rape. In M. J. Walker & S. L. Brodsky (Eds.), *Sexual assault*. Lexington, MA: Lexington Books.

Koss, M. P., & Cleveland, H. H. (1997). Stepping on toes: social roots of date rape lead to intractability and politicization. In M. D. Schwartz (Ed.), *Researching Sexual Violence Against Women: Methodological and Personal Perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Levett, A. (2003). Problems of Cultural Imperialism in the Study of Child Sexual Abuse. In P. Reavey & S. Warner (Eds.), *New Feminist Stories of Child Sexual Abuse: Sexual Scripts and Dangerous Dialogue*. London: Routledge.

Lindsey, L. L. (2015). *Gender Roles: A Sociological Perspective*. New York: Routledge.

Lovett, J., & Kelly, L. (2009). *Different systems, similar outcomes? Tracking attrition in reported rape cases across Europe*. London: Child and Women Abuse Studies Unit, London Metropolitan University.

Magalhães, S. (2016). Como ser uma Ragazza: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes. *Novas Edições Académicas*.

Mahoney, P., & Williams, L. M. (1998). Sexual assault in marriage: Prevalence, consequences, and treatment of wife rape. In J. L. Jasinski & L. M. Williams (Eds.), *Partner Violence: A Comprehensive Review of 20 Years of Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Neuman, W. L. (1997). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. Boston: Allyn e Bacon Publications.

Neves, S. (2003). Amor, poder e violência(s) contra as mulheres: A importância do género nas relações íntimas. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, 8(1), 133–144.

Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, 15(2), 43–64.

Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., & Carrilho, P. (2012). *Delinquência e Violência Juvenil em Portugal: Traçando um retrato a diferentes vozes*. Centro de Estudos para a Intervenção Social. Retrieved from http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_National_Report_PT.pdf

Presley, C. A., Meilman, P. W., & Leichter, J. S. (2002). College factors that influence drinking. *Journal of Studies on Alcohol Supplement*, (14), 82–90.

Randall, M., & Haskell, L. (1995). Sexual Violence in Women's Lives: Findings from the Women's Safety Project, a Community-Based Survey. *Violence Against Women*, 1(1), 6–31.

Resick, P. A. (1993). The psychological impact of rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 8(2), 223–255.

Russell, D. E. H. (1990). *Rape in marriage (Expanded and Revised Edition with a New Introduction)*. Indiana University Press.

Saavedra, L., Nogueira, C., & Magalhães, S. (2010). Discursos de jovens adolescentes portuguesas sobre sexualidade e amor: implicações para a educação sexual. *Educação & Sociedade*, 31(110), 135–156.

- Sanday, P. R. (1996). Rape-prone versus rape-free campus cultures. *Violence Against Women*, 2(2), 191–208.
- Santoucy, L. B., Santos, V. A. dos, Conceição, M. I. G., & Costa, L. F. (2014). Women who report intrafamiliar sexual violence. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 731–754.
- Silva, M., Machado, H., & Silva, S. (2002). Direito, Ciência e o Corpo Feminino: A Prostituição como “objecto de fronteira.” *Cadernos Do Noroeste*, 18(1-2), 183–203.
- Sottomayor, M. C. (2011). O conceito legal de violação: Um contributo para a doutrina penalista a propósito do acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de Abril de 2011. *Revista Do Ministério Público*, (128), 273–318.
- Sottomayor, M. C. (2015). A Convenção de Istambul e o novo paradigma da Violência de Género. *Ex Aequo*, (31), 105–121.
- Sternberg, R. J. (1998). *Cupid's Arrow: The Course of Love through Time*. Cambridge University Press.
- Towns, A., & Adams, P. (2000). “If I Really Loved Him Enough, He Would Be Okay”: Women’s Accounts of Male Partner Violence. *Violence Against Women*, 6(6), 558–585.
- Ventura, I. (2015). Um corpo que seja seu: podem as mulheres [não] consentir? *Ex Aequo*, (31), 75–89.
- Vieira, E. M. (2002). A medicalização do corpo feminino. In *Coleção Antropologia e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Weaver, T. L., & Clum, G. A. (1995). Psychological distress associated with interpersonal violence: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 15(2), 115–140.
- Wettlaufer, J. (2000). The jus primae noctis as a male power display: A review of historic sources with evolutionary interpretation. *Evolution and Human Behavior*, 21(2), 111–123.
- Williams, L. S. (1984). The Classic Rape: When Do Victims Report? *Social Problems*, 31(4), 459–467.
- Wood, J. T. (2001). The Normalization of Violence in Heterosexual Romantic Relationships: Women’s Narratives of Love and Violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(2), 239–261.
- Wood, M. D., & Sher, K. J. (2002). Sexual assault and relationship violence among college students: Examining the role of alcohol and other drugs. In C. Wekerle &

A. M. Wall (Eds.), *The Violence and Addiction Equation: Theoretical and clinical issues in substance abuse and relationship violence*. New York: Brunner-Routledge.

Anexos

Guião de entrevista

Este estudo insere-se numa tese de mestrado da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto, orientada pela Professora Doutora Conceição Nogueira, e tem como objetivo saber um pouco mais sobre os atos de violência sexual na perspetiva das mulheres que sobreviveram a esta violência em relações de intimidade.

Pretendemos saber mais sobre o modo como a cultura/sociedade, os papéis sexuais e as ideias sobre a sexualidade influenciam os nossos comportamentos. Com os dados recolhidos, esperamos poder contribuir para as mudanças necessárias ao nível social e legal, sobretudo no que diz respeito ao modo como se olha para este problema.

A sua história de vida como sobrevivente de violência sexual é muito importante para nós e gostaríamos de poder contar com a sua colaboração para responder a algumas questões com base na sua experiência.

Gostaria de poder gravar em áudio para um melhor registo da nossa conversa, assegurando, desde já, a confidencialidade e o anonimato. Neste sentido, propomos que escolha um pseudónimo que utilizaremos durante a entrevista. A qualquer momento terá o direito de interromper ou recusar continuar no decorrer da entrevista e investigação.

A transcrição da sua entrevista ser-lhe-á mostrada posteriormente para efetuar as alterações que considerar adequadas.

Agradecemos, desde já, a sua participação.

Então, antes de iniciarmos, propomos que assine o consentimento informado, se estiver de acordo.

- Dados sociodemográficos:
 - Idade
 - Escolaridade
 - profissão/situação profissional
 - nacionalidade

- estado civil
- agregado familiar
- religião
- Gostaríamos de saber um pouco, se nos quiser contar, como aconteceu a relação com essa pessoa?
 - Como se conheceram? Em que época foi?
 - Quanto tempo durou a relação?
- Quando se conheceram, era solteira, casada, divorciada, já tinha tido algum/a namorado/a ou companheiro/a ou não?
 - Como eram os seus sonhos antes de conhecer essa pessoa?
 - O que desejava para si, enquanto mulher?
 - Trabalhava?
 - Estudava?
 - Quais eram as suas expectativas de futuro?
 - Quando se conheceram, o que esperava da relação?
 - A relação concretizou as suas expectativas?
 - De que forma?
 - Como vivia a sua sexualidade no início da relação com essa pessoa? Era diferente da sua vida sexual antes da relação? Como se desenvolveu?
 - Durante a relação, como era? O que é que a magoava ou desejaria que fosse diferente? Quer contar?
 - Sentiu pressão em algum momento para fazer algo que não queria? De que forma? Com que frequência e gravidade?
 - E à parte dessas agressões, como era a vossa relação de intimidade? E em termos sexuais?
 - Quando se iniciou a violência sexual? Além da violência sexual, o/a agressor/a usava outras formas de violência? Como é que ele/a atuava? Considera isso violação?
 - Como reconheceu que era violência sexual? É óbvio? Quando? O que sentiu? Como a afetou? O que fazia?
 - Como crê que se possa perceber bem esse momento? Poder-se-á não reconhecer durante a relação? Porquê?
 - O que fez a seguir? Que estratégias usou?

- Alguma vez falou sobre essas formas de violência sexual a familiares, amigas/os, colegas de trabalho, vizinhas/os, polícias, técnicas/os de apoio, profissionais de saúde, advogadas/os?
 - Se sim, a quem?
 - Como reagiram?
 - Se não, porquê?
- Se recorreu a alguém:
 - Do que disseram, o que foi mais importante?
 - E o que foi menos útil?
 - Que ajuda lhe prestaram?
 - Do que fizeram, o que foi mais útil para si?
 - E o que foi menos útil?
- Considera importante que as mulheres denunciem a violência sexual?
- O que será mais útil para ajudar outras pessoas com a mesma experiência?
- Porque é que acha a violência sexual acontece?
- Que conselhos daria a outras pessoas com a mesma experiência?
- Quer acrescentar alguma coisa mais a esta conversa?

Consentimento Informado

Eu, abaixo assinado, testemunho que tendo sido convidada a participar no estudo sobre os crimes de violência sexual na perspetiva das mulheres que sobreviveram à violência sexual em relações de intimidade, conduzido por Tatiana Mendes, no âmbito da tese de mestrado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e orientado pela Professora Doutora Conceição Nogueira, aceito voluntariamente o convite para participar nesta entrevista de investigação.

Confirmo ainda que o propósito do projeto de investigação, assim como os potenciais resultados da minha participação me foram explicados, que escolhi continuar a minha participação e que me foi claramente explicado que tenho o direito de interromper ou recusar continuar em qualquer ponto no decorrer da investigação.

Concordei com a preservação do anonimato em qualquer posterior publicação ligada à investigação em curso, e fui informado/a de que me será dada a oportunidade de rever a versão transcrita da entrevista na qual participei.

Data: ___/___/___

Participante: _____

Investigadora: _____